

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

CAROLINA SILVA CASTELO BRANCO

POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de
Implantação

FORTALEZA-CEARÁ

2014

CAROLINA SILVA CASTELO BRANCO

**POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO
CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará- UECE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas

Orientador: Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior

FORTALEZA-CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva Castelo Branco, Carolina.

Política de Ensino Profissionalizante do Governo do Estado do Ceará (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação [recurso eletrônico] / Carolina Silva Castelo Branco. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 126 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior.

1. Políticas Públicas. 2. Escola Estadual de Ensino Profissional. 3. Programa Brasil Profissionalizado. 4. Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial. 5. Centro de Ensino Experimental. I. Título.

CAROLINA SILVA CASTELO BRANCO

POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO
CEARÁ (2008-2013): COMPREENDENDO O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

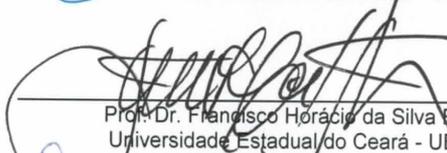
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

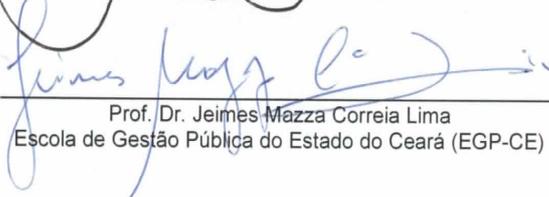
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 06/06/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof. Dr. Francisco Hórcio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof. Dr. Jeimes Mazza Correia Lima
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP-CE)

A todos os meus professores, desde a educação básica até a educação superior, pela transmissão do saber.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelas oportunidades que ele me proporciona.

Aos meus pais, pelo incentivo ao estudo e pelo suporte oferecido para a realização de minhas conquistas.

Ao Sergio Anselmo, pelo amor, apoio e compreensão.

Aos meus familiares e amigos que torceram por mim e me incentivaram.

Ao meu orientador, Germano Magalhães, pela atenção, auxílio e gentileza.

Aos meus colegas de turma do mestrado, que dividiram comigo esta caminhada, em especial à amiga Emily Albuquerque, com a qual foi muito agradável contar com a presença e apoio durante esta caminhada.

Aos meus professores, os quais dividiram comigo seus conhecimentos.

A Escola Profissional Marvin que contribuiu com a minha pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Profissional Marvin que mesmo enfrentando adversidades realizem seu trabalho dando o seu melhor.

A todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

As Escolas de Educação Profissional ofertadas no Estado do Ceará são resultantes do Programa Brasil Profissionalizado, o qual incentiva a oferta desta modalidade de ensino, através de ajuda financeira. As escolas profissionais cearenses começaram a ser inauguradas em 2008 e em 2013 já somavam 97 escolas, elas visam qualificar os jovens profissionalmente em um curso técnico, além de promover seu desenvolvimento pessoal. Estas escolas utilizam como base de gestão filosóficas os ensinamentos da Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial-TESE, a qual busca estimular a construção do futuro a partir das ações, tendo como foco do processo os alunos e nas experiências dos Centros de Ensino Experimental –PROCENTRO, o qual visa sentir e cuidar a juventude, formando-os para o mercado de trabalho e também para a vida. O tema desta pesquisa trata da análise do Programa de Educação Profissional das escolas profissionais do Estado do Ceará, observando o modelo de oferta do ensino profissionalizante no estado e seu processo de implantação no período entre 2008 a 2013. Esta dissertação possui como objetivo geral compreender o processo de implantação do Programa Brasil Profissionalizante no Estado do Ceará. Como objetivos específicos busca compreender o que são e quais os tipos de políticas públicas; descrever a Política Pública de Educação e sua implantação; conhecer a filosofia de gestão das Escolas Profissionais do Estado. Acreditou-se, como hipótese desta pesquisa, que o projeto de educação estadual profissional atua como uma relevante política pública de educação para a qualificação de alunos da escola estadual, qualificando-os para o mercado de trabalho e melhorando a qualidade da oferta de ensino. A escolha deste tema deu-se por se acreditar que a política de educação do governo do Ceará, resultante do programa Brasil Profissionalizado, em oferecer cursos técnicos para os jovens que estudam nas escolas públicas, traz mais oportunidades para seu futuro. Portanto, deu-se pela importância de estudar o programa de oferta de qualificação para os jovens e de desenvolvimento para o mundo do trabalho. A pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo a primeira um estudo bibliográfico e a segunda um estudo de campo, com entrevista semi-estruturada com professores e núcleo gestor da Escola Profissional Marvin. Para o referencial teórico fez-se a leitura de Magalhães, Manfredi, Carvalho, Otranto, Odebrecht, Chiavenato, Senna, a Constituição Federal entre outros, e utilizou-se sites como os do Ministério da Educação, o da Secretaria de Educação e o do Governo do Estado. A pesquisa demonstrou que apesar de falhas quanto à estrutura da escola, a falta de vínculo de concurso com os professores e a não oferta de formação continuada para os coordenadores, a Escola Marvin possui implantados e sendo desenvolvidos os demais requisitos do projeto da Escola e do Programa Brasil Profissionalizado, cumprindo suas principais finalidades: capacitar jovens para o mercado de trabalho e para vida, além melhorar os índices de desempenho da educação.

Palavras Chaves: Políticas Públicas. Escola de Estadual de Educação Profissional. Programa Brasil Profissionalizado. Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial. Centro de Ensino Experimental.

ABSTRACT

The Schools of Professional Education available in Ceará, a northeast Brazilian State, were created as a result of the Brazilian Programme of Professionals. This Programme has the aim of offering specific training as well as financial help. These professional schools from Ceara were primarily founded in 2008. In 2013, they sprung up to the great amount of 97 units. Their main interest is to qualify young people technically for working and to contribute for the youngsters personal development. The Schools follow a philosophic background and the knowledge of the Social Enterprise Technology – TESE (Tecnologia Sócio Empresarial). TESE has the vocation of building the future through actions focusing on student's experiences of Experimental Education Center -PROCENTRO-Centros de Ensino Experimental. PROCENTRO has the mission of looking after the youth aiming to preparing them for the working market and for the challenges of life. The theme of this research is the analysis the Educational Professional Programme in Professional Schools of Ceara. We will be discussing the model of the professional educational system as well as its implantation in the period between 2008 and 2013. The process of implantation of Brazilian Professional Programme in Ceará is our general goal. As specific objectives, we will be considering, first and foremost, the essentials of public politics concerned to the topic. Secondly, we will be describing the public politics in education and its implantation. Thirdly, we will be talking about the philosophic basis of management which define Professional Schools in Ceara. Hypothetically, we might consider that the educational professional project has a consistent political public impact in the qualification of the students of the state school because of their improvement skills which guarantee a professional position. The reason why we chose this subject is due to the fact that this Programme is a stepping stone for these students and it is also responsible for changing the trajectories of their lives. Therefore, this professional educational programme is fundamental in including young people in the working market. Our research was carried out in two phases. First step was a bibliographical study. The second period was based on a field study with semi-structured interviews with teachers and the management staff of Marvin Professional School. As a theoretical background, we took into account the following authors: Magalhães, Manfredi, Carvalho, Otranto, Odebrecht, Chiavenato, Senna, as well as Brazilian Federal Constitution, and websites such as Brazilian Educational Ministry and Educational Department. The reserach clarified to us that despite of the setbacks of the educational system such as frail facilities of the schools, the non-attached relationship between teachers and the school and the lack of continuum in educational policies for coordinators, Marvin School is able to support the Brazilian Professional Programme. The school can deal with the task of qualifying the youngsters for a position in the working market, giving them support to step up to the next level and improve their performance in the educational field.

Key Words: Public Policies, Professional Educational School of the State, Brazilian Professional Programme, Social Enterprise Technology, Experimental Education Center.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultados Escola Marvin 2012.....	84
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Taxa de analfabetismo Brasil.....	29
Figura 02- Taxa de Analfabetismo funcional nas regiões.....	29
Figura 03- Taxa de analfabetismo no Brasil em 2009.....	30
Figura 04- Taxa de analfabetismo no Brasil em 2010, por Faixa Etária.....	30
Figura 05- Figura 05: Taxa de analfabetismo no Brasil, 1992-2012.....	31
Figura 06- Vista Aérea da EEEP Marvin.....	69
Figura 07- Foto da Semana Pedagógica 2011.....	73
Figura 08-Foto Projeto Jardim de Plantas Medicinais.....	74
Figura 09- Foto Coleta Seletiva e Sustentabilidade Social na Escola.....	76
Figura 10- Foto Aula de Karatê.....	76
Figura 11- Foto Visita ao Lar Torres Melo.....	77
Figura 12- Foto do Laboratório Padrão MEC.....	80
Figura 13- Foto do Laboratório de Modelagem.....	82
Figura 14- Foto do Laboratório de Enfermagem.....	83
Figura 15- Foto Premiação Spaece.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Histórico das Matrículas do Ensino Médio 2008-2013.....	86
Gráfico 02- Histórico das Matrículas do Ensino Médio 2013.....	86
Gráfico 03- Aprovações 2008-20012.....	86
Gráfico 04- Rerovações 2008-2012.....	87
Gráfico 05- Reprovações 2013.....	87
Gráfico 06- Proficiência 1º Ano 2008-2012.....	89
Gráfico 07- Proficiência 2º Ano 2008-2012.....	89
Gráfico 08- Proficiência 3º Ano 2008-2012.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. POLÍTICAS PÚBLICAS	18
1.1 Política Pública Social.....	23
1.2 Política Pública de Educação.....	27
1.2.1 Educação Profissional no Brasil.....	36
1.2.2 Educação Profissional no Estado do Ceará.....	43
2. MODELOS DE GESTÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ	51
2.1 Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial	53
2.2 Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO).....	58
3. TEORIA E PRÁTICA: o que de fato do Programa de Educação Profissional foi implementado no Ceará de 2008 a 2013, na EEEP Marvin	66
3.1 Escola Estadual de Educação Profissional Marvin.....	68
3.2 Projeto em Prática.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE	114
ANEXO	120

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa trata da análise do Programa de Educação Profissional das escolas profissionais do Estado do Ceará, como forma de observar o modelo de oferta do ensino profissionalizante no estado, o qual foi pioneiro, resultante do Programa Brasil Profissionalizado lançado em 2007, e seu processo de implantação. Para tal serão estudados as bases filosóficas de gestão das escolas profissionais, bem como o Projeto das Escolas Profissionais, relacionando com o Programa Brasil Profissionalizado.

Este trabalho possui como objetivo geral compreender o processo de implantação do Programa Brasil Profissionalizante no Estado do Ceará, através da oferta de escolas estaduais de educação profissional. Como objetivos específicos busca compreender o que são e os tipos de políticas públicas; descrever a Política Pública de Educação e sua implantação; conhecer a filosofia de gestão das Escolas Profissionais do Estado.

O acesso à educação é um direito garantido por lei, para todos os cidadãos brasileiros, estando essa regulamentada pelas leis número 4.024/61, a qual corresponde a leis de diretrizes básicas da educação nacional; número 5.540/68, que corresponde à lei da reforma universitária; número 5692/71, a qual estabelece as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau; sendo garantido assim a educação em todos os graus de ensino. Tendo ainda a lei 9334/96, a qual instituiu a vinculação educação escolar ao mundo do trabalho.

A oferta da educação em todos os níveis dar-se pela constatação de que através dela os usuários estarão mais preparados como indivíduos e para a sociedade, tendo assim maiores oportunidades de vencer e estar preparado para as diversidades circunstanciais.

A educação no Brasil pode ser ministrada tanto pela iniciativa pública, em caráter obrigatório e pela privada, que a faz por interesse e vontade própria, porém respeitando as diretrizes básicas de educação.

A educação é uma ferramenta capaz de transformar a vida das pessoas, pois através dela criam-se oportunidades. Antigamente, ter o ensino médio garantia grandes chances de emprego, posteriormente foi pedido além do primeiro grau,

curso de datilografia, porém com o passar dos tempos, o aumento de jovens a procura de emprego e o aumento das exigências e especializações do mercado passaram a exigir cursos superiores e hoje, há a preferência por profissionais especialistas.

As exigências evoluíram de acordo com o tempo e suas mudanças, através das novas tecnologias, novos valores e ideias. Ser privado da educação, de certa forma, é ser privado das oportunidades de inserção na sociedade e no mercado formal de trabalho e provavelmente continuar ocupando o mesmo patamar ou patamar inferior de classificação na escala social, é não estar preparado ou qualificado para ocupar dimensões sociais e profissionais. Com a educação, o estudante desenvolve suas habilidades e competências estando assim melhor preparado para a vida pessoal e profissional.

A geração de emprego no Brasil é um assunto complexo, pois ela não atende a toda a demanda populacional, muitas vezes não há vagas de emprego ou as vagas ofertadas são em locais onde não há candidatos aptos as mesmas, o que gera um índice de desemprego elevado, o qual há muitos anos tenta-se minimizar através de políticas públicas de incentivo.

O Brasil possui algumas áreas de trabalho sem oferta de mão de obra em consequência da falta de qualificação e capacitação profissional, o que acarreta em atrasos nesses serviços onde falta a mão de obra especializada e a prestação de serviços de má qualidade, pois o local fica obrigado a permitir que outro trabalhador o faça sem a técnica necessária.

Historicamente o país investiu na formação de profissionais técnicos, com formação horizontalizada onde estes eram especialistas em uma área específica, desta forma o país pode profissionais para as crescentes demandas vigentes de mão de obra para a época, porém essas ofertas restringiam-se a cargos fabris ou operacionais.

Porém, ainda no cenário atual diversas áreas precisam de mão de obra especializada, qualificada e capacitada de maneira urgente, bem como inúmeros jovens necessitam de qualificação. Portanto, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado, em 2007, o qual visa fornecer a qualificação técnica aos jovens, diante desta identificação da relevância da educação e da constatação que

através da mesma podem-se desenvolver as pessoas em raciocínio, habilidades, conhecimentos, competências, entre outras características.

O sistema educação profissionalizante é utilizado no mundo todo em países como Estados Unidos, França, Canadá, Alemanha, Japão, Uruguai. Demonstrando como esta política de educação é reconhecida como uma ferramenta de oferta de educação aos jovens, destinado àqueles que buscam uma qualificação rápida, reconhecida, acessível e que possa inserir os jovens no mercado de trabalho formal.

O Estado do Ceará, no governo do Cid Gomes, desenvolveu uma política pública de educação, as escolas estaduais profissionais, visando proporcionar aos jovens a qualificação profissional em um curso técnico ainda no ensino médio, pois dessa forma o estado disporia de mão de obra qualificada nas áreas em que cada localidade necessita, sendo esta política resultante do incentivo do Programa Federal. Portanto, esta política tende a dar qualificação aos jovens e inseri-los no mercado formal de trabalho, proporcionando a minimização da desigualdade social e a inserção no mercado formal de trabalho bem como suprir a falta de mão de obra especializada.

As escolas profissionalizantes apresentam-se como um diferencial para a educação pública e tem como objetivo proporcionar oportunidades para os alunos, para os empresários, bem como para o estado, pois traz a possibilidade de melhoria social a seus jovens e suas famílias, melhoria econômica para o estado e distribuição de renda, o que de fato contemplaria metas de políticas públicas sociais e econômicas.

Para tal criação houve uma pesquisa informal no Estado do Ceará buscando identificar quais eram a carência de mão de obra em cada localidade, para que assim houvesse uma maior eficiência e eficácia dos cursos oferecidos, pois ao mesmo tempo que há formação técnica ao aluno há também a possibilidade de mão de obra qualificada na região, tentando garantir o ingresso do aluno no mercado de trabalho formal logo após a conclusão de seu curso, a geração de oportunidades através da distribuição de emprego e renda, a inclusão e a minimização das desigualdades sociais.

Segundo o site da secretária de educação (Seduc) o Ceará, em 2013, já possuía noventa e sete escolas profissionalizantes em funcionamento, ofertando quarenta e três cursos técnicos, em diversas áreas do conhecimento.

Proporcionar a educação integrada faz muita diferença na qualificação dos jovens da rede pública, pois muitas vezes, quando eles concluem o ensino médio saem logo à procura de emprego e muitas vezes, ingressam tardiamente no ensino superior ou nem ingressam. Portanto, acredita-se que proporcionar a oferta de curso técnico proporciona uma profissão melhor remunerada e reconhecida para esses jovens que precisam ingressar no mercado de trabalho e traz oportunidades diferentes da realidade que ele teria sem a qualificação.

A escolha deste tema deu-se por se acreditar que a política de educação do governo do Ceará, resultante do programa Brasil Profissionalizado, em oferecer cursos técnicos para os jovens que estudam nas escolas públicas, traz mais oportunidades para seu futuro. Portanto, deu-se pela importância de estudar o programa de oferta de qualificação para os jovens e de desenvolvimento para o mundo do trabalho. Outro motivo é o fato de eu ser professora destas escolas profissionalizantes e de ser propagadora de expectativas aos alunos, então analisar a implantação do programa dessas escolas também trará respostas para as minhas percepções.

Este projeto é relevante para que se conheça mais sobre essa política de educação, para que se observe se realmente este programa caracteriza-se como uma política pública de educação e se consegue atingir o objetivo de minimizar o espaço existente entre os jovens e o mercado de trabalho, através da oferta de qualificação.

Para o referencial teórico fez-se a leitura de Magalhães, Manfredi, Carvalho, Otranto, Odebrecht, Chiavenato, Senna, a Constituição Federal entre outros, e utilizou-se sites como os do Ministério da Educação, o da Secretaria de Educação e o do Governo do Estado.

Acreditou-se, como hipótese desta pesquisa, que o programa de educação estadual profissional atua como uma relevante política pública de educação para a qualificação de alunos da escola estadual, qualificando-os para o mercado de trabalho e melhorando a qualidade da oferta de ensino.

Diante disto, lançaram-se como perguntas: O Programa de Educação Estadual Profissional atende a uma demanda significativa de alunos no Estado? O Programa Brasil Profissionalizado qualifica jovens? Há demanda para a mão de obra dos cursos técnicos oferecido nas escolas profissionalizantes de Fortaleza? O curso técnico pode modificar a realidade de seus estudantes? Como foi feito o processo de implantação das escolas profissionais? O Programa Brasil Profissionalizado está sendo seguido pelo Estado do Ceará?

O presente trabalho foi desenvolvido com abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica, a partir de leitura em livros, periódicos, dissertações e teses relacionadas ao tema, bem como através de acesso a sítios eletrônicos e de pesquisa exploratória, onde foram coletadas imagens e informações obtidas através do estudo do Programa do Brasil Profissionalizado, instituído pelo decreto número 6.302, de 12 de dezembro de 2007, do livro de Marcos Magalhães, o qual instituiu a experiência dos Centros de Ensino Experimental; das Técnicas de Gestão Sócio Empresarial da ODEBRECHT S.A., bem como em livros e artigos científicos de administração com foco em gestão participativa, políticas públicas e educação.

Em um segundo momento, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica baseada em relatórios da Secretaria de Educação do Estado do Ceará-SEDUC e uma pesquisa de campo na Escola Estadual de Educação Marvin, através de entrevistas semi-estruturada com professores e núcleo gestor da escola, buscando evidenciar as práticas de implementação do programa na escola do estado, afim de observar o que de fato foi implantado nas mesmas.

A dissertação está estruturada em cinco seções. A primeira seção constitui-se da introdução, onde aborda-se as características gerais do projeto, familiariza-se com o tema e apresenta-se os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a hipótese e a metodologia.

Na segunda seção, explana-se sobre as políticas públicas, em especial as políticas públicas social e de educação, nesta última evidenciando a educação profissional, com ênfase no Programa Brasil Profissionalizado e nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará.

Na terceira seção, aborda-se os conceitos e orientações dos modelos de gestão utilizados como base pelas escolas estaduais profissionalizantes do Estado

do Ceará, a Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial- TESE e o Centro e Ensino Experimental - PROCENTRO

Na quarta seção, apresenta-se o estudo realizado na Escola Estadual de Educação Profissional Marvin, com a finalidade de observar o que foi implanto na prática do projeto da escola e do Programa Brasil Profissionalizado.

Na quinta seção, apresentam-se as conclusões levando em consideração a teoria e a prática observada no estudo de campo, onde se concluiu que em geral as premissas do Programa e do Projeto foram seguidos, o que falta, nas escolas adaptadas são estruturas referentes, principalmente, a seus laboratórios.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo conceitua o que são as Políticas Públicas, em que tipos as mesmas dividem-se e em que áreas da sociedade elas atuam, bem como apresenta o percurso e o processo para que se fosse necessário estabelecê-las. As Políticas Públicas são formas de ações do Estado de maneira direta ou através de parcerias que visam minimizar, suprir ou atender demandas emergentes a curto e a longo prazo.

Desta forma, este capítulo trata sobre a origem e constituição histórica das Políticas Públicas e suas atuações nas áreas social, saúde e educacional, contemplando a educação no Brasil, com enfoque na Educação Profissional e no Programa Brasil Profissionalizado, decreto 6.302, 12/2007 e seus reflexos na educação cearense.

O Programa Brasil Profissionalizado surge como uma Política Pública Social e Educacional, visando através da educação, ofertar capacitação, qualificação, desenvolvimento pessoal e profissional, bem como resgatar o jovem e adulto para a escola, para que através desta qualificação eles consigam inserir-se no mercado de trabalho formal, ocupando vagas de trabalho melhores do que sem a qualificação e assim, podendo melhorar sua condição de vida e traçar um futuro diferente. Portanto, como as políticas públicas atendem as necessidades da população, através de ações do Estado ou por parceria, faz-se necessário estudá-las para compreender melhor sua amplitude e atuação.

A política deve ser representada pela busca do bem comum. A palavra política é de origem grega e na Grécia Antiga podia representar tanto a cidade como seu povo, onde políticos era o nome que também podia ser utilizado para se chamar cidadão ou habitante, os quais se encontram nas Pólis, que eram praças públicas, para debater e refletir sobre as questões que incidiam na população e buscar diretrizes de conduta e ações para as situações do cotidiano, a partir dessas discussões também se estabeleceu a Ética para esta sociedade.

Os cidadãos preocupavam-se com o futuro de sua cidade e de seus semelhantes, portanto viviam em função da melhora da mesma, procurando sempre o bem comum.

As Políticas Públicas são ações realizadas pelo poder público ou delegadas ao poder privado em forma de parceria ou através de incentivos, a fim de atender a necessidades coletivas, visando assim, supri-las ou minimizá-las.

A política pública é definida como uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em leis. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em respostas as demandas da sociedade. Por isso, os direitos que a fundamenta é o direito coletivo e não o individual. (PEREIRA, 2000, p.59, apud CARVALHO, 2002, p.12)

As políticas públicas são tidas para alguns estudiosos como a análise do governo e para outros, ela refere-se ao conjunto de ações a serem realizadas para uma determinada demanda.

Através das ações realizadas a partir das políticas públicas podemos observar diariamente as faces das ações dos governos em suas diferentes esferas. Portanto, estudar as políticas públicas reflete também no estudo da atuação dos governantes sobre a sociedade.

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p.20)

A consolidação e desenvolvimento do conhecimento acerca do estudo sobre as políticas públicas trouxe a possibilidade de analisarem-se as ações dos governos

bem como entender os motivos que levam os governantes a adotarem medidas específicas.

No século XX, o governo passou a introduzir o uso da política pública, como ferramenta de apoio a decisão, após a Guerra Fria, com a criação de instituições não governamentais, inicialmente criadas para ajudar em decisões estratégicas ligadas à problemas públicos e, posteriormente, expandiram-se para outras áreas governamentais, tais como a área de política social.

As ações que compõem as políticas públicas passaram a ser necessárias após a constituição e estruturação da sociedade, pois até o início do século XX prevalecia as ideias liberais com o estado mínimo, que regulava a ordem, a propriedade e o mercado. Porém, após a crise de 1929, e o desenvolvimento e intensificação do capitalismo monopolista houve uma nova divisão do trabalho e conseqüentemente uma modificação nas relações sociais tanto entre as classes sociais quanto com o Estado que passou a regulamentar as ações.

O Estado ao tomar para si a formulação e execução das políticas econômica e social tornou-se “arena de lutas por acesso à riqueza social” (Silvia, 1987, p.189) uma vez que as políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais e as respostas do Estado para essas questões podem atender a interesses de um em detrimento do interesses de outros. (CARVALHO, 2002, p.11)

Portanto, as políticas públicas foram criadas como respostas, através de ações do Estado para atender a demandas existentes, realizadas através de compromissos públicos, normalmente a longo prazo.

No fim do século XX houve um forte ajuste econômico em diversos países, devido a conflitos existentes e novas características adotadas (fim da Guerra Fria, extinção das barreiras econômicas e políticas e criação da comunidade europeia, guerra contra o Iraque, guerra do golfo, fim da União Soviética, neoliberalismo, esgotamento do milagre econômico, entre outros), fato o qual resultou em conseqüências nas questões sociais, tais como desemprego estrutural, aumento da desigualdade social, precarização do trabalho, alteração na estrutura e organização

familiar, aumento das taxas de natalidade e de longevidade e diminuição das taxas de mortalidade.

No Brasil o esgotamento do governo totalitarista e a crise causada pelo fim do milagre econômico, impulsionaram a sociedade a um movimento de redemocratização, propiciando a reorganização da sociedade civil, fato o qual levou a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a qual escreveu a Carta Constitucional contendo direitos sociais através de políticas públicas.

Nos anos 80 o país estabeleceu metas para suas políticas sociais, onde visava o crescimento sustentado, ampliação de emprego, aumento do salário, melhor distribuição de renda, revisão da legislação trabalhista e sindical, participação e controle social, redefinição do padrão regressivo de financiamento das políticas sociais, universalização do acesso.

A partir desta reorganização da sociedade civil e da publicação da Carta Constitucional, em 1988, a Constituição Brasileira instituiu o direito a seguridade social, formado pelo tripé previdência, saúde e assistência social.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

II - dos trabalhadores;

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

A partir de 1988 todo cidadão teve direito ao acesso aos direitos sociais, tendo contribuído previamente ou não.

Segundo Carvalho (2002, p.14) “em 1990 foram regulamentadas às áreas das crianças e dos adolescentes, da seguridade social, da saúde, da assistência social, da educação, e da previdência social.”

As Políticas Públicas são desenvolvidas em todos os âmbitos da sociedade, tais como na economia, na área ambiental, na ciência, na tecnologia, na educação, na saúde, na segurança, na cultura, bem como em aspectos ligados diretamente as questões sociais.

Tratar de Políticas Públicas é tratar de uma parcela importante da ação de toda coletividade para o enfrentamento de problemas comuns. Aquela parcela das ações e decisões que a sociedade atribui ao governo ou às autoridades públicas, seja isoladamente, ou seja em cooperação com outros grupos ou indivíduos. (BITTENCOURT, 2010, p.09)

Portanto, elas surgem a partir da necessidade emergente de uma correção de uma situação que gere o bem comum seja em qualquer um dos âmbitos da sociedade.

2.1 Política Pública Social

No Brasil, com os séculos de descaso histórico com a população e as constantes formações de aglomerações ocasionadas, principalmente pela imigração de mão de obra estrangeira e pela migração para os grandes centros urbanos, na era da industrialização, no fim do século XIX, instalou-se uma instabilidade e desestruturação nas questões sociais.

As cidades não possuíam estrutura para atender a demanda populacional, portanto além das péssimas condições de existências ligadas a estruturas das mesmas, tais como espaço, moradia, saneamento básico, higiene, faltava emprego e assim condições dignas de sobrevivências, fatores os quais auxiliavam para os altos índices de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, aumento da violência (assaltos, furtos, roubos) e da prostituição.

Predominava o Estado Neoliberal, onde o estado exercia influencia mínima, o qual assegurava a ordem e a propriedade privada, a posição social podia ser percebida pela inserção no mercado de trabalho e o cargo e posição ocupada no mesmo.

No século XIX, na Europa iniciaram-se algumas revoluções industriais, tais como as revoluções Inglesa e Francesa, geradas pela insatisfação as más condições de trabalho, de vida e de renda, as quais buscavam romper com o modelo vigente de estruturação econômica e social. Tais revoluções desejavam salários melhores, além de rendas melhores distribuídas, oportunidades de acesso, condições dignas de trabalho, com menos exploração do trabalhador e com melhores condições e expectativas de vida, como a Revolução Francesa, tinha como lema igualdade, fraternidade e liberdade.

Após a crise de 1929, e o surgimento do capitalista monopolista que estabeleceu novas relações entre trabalho e capital, as elites passaram a querer o mercado como um regulador da economia e o Estado também como mediador civilizatório.

Segundo Carvalho (2002, p.11) “pode-se entender a política social como estratégia de intervenção e regulação do Estado quando se diz respeito à questão social.”

Passam a surgir em diferentes esferas da sociedade desejos e necessidades latentes, os quais foram transformados com o passar dos anos e dos governos em ações de Políticas Públicas Sociais.

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HOFLING, 2001, p.31)

Sobre o surgimento das Políticas Públicas Sociais Offe e Lenhardt (1984, p.32) tem duas opiniões como pontos de partidas, elas sendo resultados exigências dos trabalhadores assalariados e ela sendo resultante do processo de produção capitalista.

Portanto, quando a sociedade passa a querer condições melhores seja por exigências de setores ou de maneira generalizada, ou seja, através da percepção do próprio governo, surgem ações através a partir de políticas públicas sociais, as quais tentam minimizar ou atender a demandas latentes. As questões sociais envolvem todos os aspectos ligados às pessoas, tais como saúde, transporte, previdência, educação, habitação, segurança, entre outros.

As políticas públicas têm sido criadas como respostas do Estado às demandas emergentes da sociedade ou do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo. (CARVALHO, 2002, p. 12)

As localidades sejam por intermédio local, municipal, estadual ou federal passam a desenvolver políticas visando minimizar as lacunas criadas diante desta constituição da sociedade e os sucessivos governos vão visando progresso e desenvolvimento aliados ao desenvolvimento social.

No fim do século XX houve um grande ajuste econômico gerado por inúmeras crises em muitos países, decorrentes de confrontos, fato o qual refletiu nas questões sociais, gerando desemprego estrutural, o qual acontece quando há vaga de

emprego, mas não há pessoa qualificada para tal ou não existência de empregos para o número de pessoas que procuram; precarização do trabalho, onde diversos trabalhadores passaram a ser contratados como terceirizados, tendo assim retrocesso nos avanços aos direitos trabalhistas.

A partir dos anos 90, ocorre um ambiente político mais favorável à terceirização. A fonte de trabalho encontra-se desintegrada, dispersa e enfraquecida quanto a sua identidade social pela precarização social, do trabalho e da vida. Esta desintegração aparece na posição dos sindicatos que deixam de ser combativo para tornarem-se negociadores e corporativos. (DRUCKER, 2001)

Tendo ainda instabilidade nos empregos, crescente número de empregos informais; alteração na estrutura e organização familiar, onde as famílias passaram a ser representadas e chefiadas de maneiras diversas, como por exemplo, mulheres passaram a chefiar as famílias; aumento da desigualdade social, devido as novas condições de emprego. De positivo tivemos o aumento das taxas de natalidade e de longevidade e diminuição das taxas de mortalidade, devido aos avanços tecnológicos. Portanto, todas essas mudanças trouxeram alterações na constituição da sociedade e no estabelecimento de necessidades e prioridades para o momento.

No Brasil, em meados do século XX, alguns setores da sociedade organizaram-se para pedir o retorno da democracia e juntamente com ela o avanço da gestão de políticas públicas sociais. A constituição de 1988 estabeleceu o governo como coordenador das políticas públicas sociais, enquanto os municípios coube o papel de executar as ações das políticas. Foram estabelecidas diversas metas para as ações de políticas públicas sociais, as quais visavam um melhora direta nas condições de vida da população, tais como a ampliação da oferta de emprego, aumento do salário, distribuição de renda, revisão da legislação trabalhista e sindical, participação e controle social, redefinição do padrão regressivo de financiamento das políticas sociais, universalização do acesso.

No aspecto social, as políticas públicas tendem a promover a distribuição de renda, acesso a necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde e lazer), geração de emprego, medidas para minimizar as taxas de analfabetismo e de

mortalidade, inclusão social e conseqüentemente, minimização da desigualdade social.

Os sistemas de proteção social, decorrentes de um princípio de justiça, compõem um conjunto de políticas públicas de natureza social. Suas principais funções são: prover proteção para todos os membros da comunidade nacional; realizar objetivos não necessariamente econômicos e diretamente econômicos, como programas de renda mínima, e promover políticas redistributivas (Carvalho & Goulart, 1998.apud Rocalli, 2003.)

Nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, houveram alguns avanços relacionados às Políticas Públicas Sociais. Foram lançados programas, com adesão popular que puderam atender ou minimizar problemas que afligem a parcelas da sociedade, tais como o Bolsa Família (que iniciou no governo de Fernando Henrique, com o Fome Zero e continuou no governo de Lula), o qual possui a finalidade de transferência de renda e acesso as necessidades básicas, além do desenvolvimento familiar.

Segundo o site da Caixa Econômica Federal os requisitos para ter direito aos benefícios do Programa Bolsa Família são baseado em cálculos de renda familiar, os quais devem ter renda per capita entre setenta e cinco e quarenta reais, idade dos filhos; o Programa Minha Casa Minha Vida, no qual dependendo da renda familiar há um subsídio para a compra do imóvel para moradia, em parceria com a Caixa Econômica Federal; Crédito Micro empreendedor individual, rural e urbano, onde é dado um dinheiro inicial para a abertura ou expansão de pequenos negócios.

Constantemente, os governos lançam programas de incentivo à alfabetização na idade correta, incentivos a cursos profissionalizantes, campanhas de saúde e de acesso à informações diversas. Todas essas ações são voltadas ao desenvolvimento da sociedade e visam proporcionar oportunidades e melhorias as relativas aos aspectos sociais latentes.

2.2 Política Pública de Educação

A educação é um direito garantido por lei, desde a criação e implantação dos direitos civis, o qual garante, entre outros, o direito a saúde, a educação, a previdência social e ao trabalho remunerado.

As leis que regularizam a educação no Brasil são as leis: número 4.024/61, a qual corresponde a leis de diretrizes básicas da educação nacional- LDB; número 5.540/68, que corresponde a lei da reforma universitária; número 5692/71, a qual estabelece as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau e a lei 9394/96, a qual estabelece entre outros fatores a vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho.

Essas leis garantem a educação em todos os graus de ensino e estabelecem obrigações dos governos com seus usuários. É importante ressaltar que a educação não é estabelecida apenas nas escolas, cabe aos pais também o dever e o papel de educar seus filhos e torná-los cidadãos com valores, juntamente com a escola os pais tem a responsabilidade de desenvolver a personalidade e o caráter de seus filhos, bem como de prover meios de sustentação aos seus dependentes.

Segundo a lei número 4.024/61 (1961, capítulo I) “a educação tem como um de seus fins o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio.” Portanto, através dessa afirmação podemos perceber que o acesso e direito a educação é considerado como uma forma de seus usuários conseguirem obter oportunidades e sair das dificuldades que possam vir a passar no meio onde vivem e nas circunstâncias onde estão.

O direito à educação é assegurado: I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor; II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam

asseguradas iguais oportunidades a todos. (LEI 4.024/61, CAP. TRÊS).

A educação no Brasil pode ser ministrada tanto pela iniciativa pública quanto pela privada, sendo que a iniciativa pública tem a obrigação de oferecer o ensino à população, já a iniciativa privada a faz por interesse e vontade própria, porém respeitando as diretrizes básicas de educação.

Ao ser educado o estudante passa a sentir-se realmente cidadão, e essa prática estimula ao desenvolvimento das potencialidades pessoais, pois de acordo com a idade as diretrizes de educação estabelecem metas de ensino e ações que desenvolvam o aluno em todos os âmbitos possíveis; traz motivação, pois o aluno sente-se como ser ativo que terá chances de escolher o seu futuro, não sendo obrigado a aceitar futuramente qualquer ofício pela necessidade, o sentimento que deve ser criado com a educação é o de que o indivíduo está sendo preparado para assumir um papel na sociedade, no qual ele se imporá. Através da exaltação e desenvolvimento das potencialidades do aluno, espera-se que este as aproveite e as use como fator para a realização pessoal, a qualificação profissional e o exercício da cidadania.

O sistema educacional público brasileiro, segundo a LDB, 1961, divide-se em: ensino infantil, que é destinada a crianças de zero a seis anos, e oferecido por creches e em pré-escolas; educação fundamental, a qual corresponde ao primeiro grau, é destinada a idades de sete a quatorze anos; ensino médio, o qual corresponde ao segundo grau, que é destinado a faixa etária de quatorze a dezessete anos e, neste período, pode ser oferecido também o ensino técnico profissionalizante, com duração de três anos; ensino superior, o qual compreende tanto a graduação como a pós-graduação.

A situação da educação no Brasil apresentou melhorias significativas na última década do século XX: houve queda substancial da taxa de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade média e da frequência escolar (taxa de escolarização). No entanto, a situação da educação no Brasil ainda não é satisfatória, principalmente nas regiões norte e nordeste do país. (IBGE, 2002)

Em pesquisa feita pela IBGE, constatou-se a redução da taxa de analfabetismo entre jovens acima de quinze anos, entre a década de setenta até o século XX e das taxas de analfabetismo funcional, entre os séculos XX e início do XXI.

Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade Brasil	
1970	33,60%
1980	25,50%
1991	20,10%
2000	13,60%

Figura 01: Taxa de analfabetismo no Brasil

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as grandes regiões - 2002		
	1992	2002
Brasil	36,9%	26%
Norte	33,2%	24,7%
Nordeste	55,2%	40,8%
Sudeste	29,4%	19,6%
Sul	28,9%	19,7%
Centro-Oeste	33,8%	23,8%

Figura 02: Taxa de analfabetismo funcional nas regiões brasileiras

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2003

Estes dados referentes à diminuição das taxas de analfabetismo foram conquistados devido às políticas de incentivo a educação e ao resgate dos jovens ao ensino, feitas neste período, 2000 a 2003, através de campanhas que demonstravam a importância do ensino para a vida das pessoas e dos benefícios que a educação e conhecimento trazem, além de permitir a participar das políticas públicas do governo.

Com o passar dos anos essas taxas obtiveram uma diminuição considerável, pois os efeitos das políticas de incentivos a educação continuaram a influenciar e demonstrar resultados.

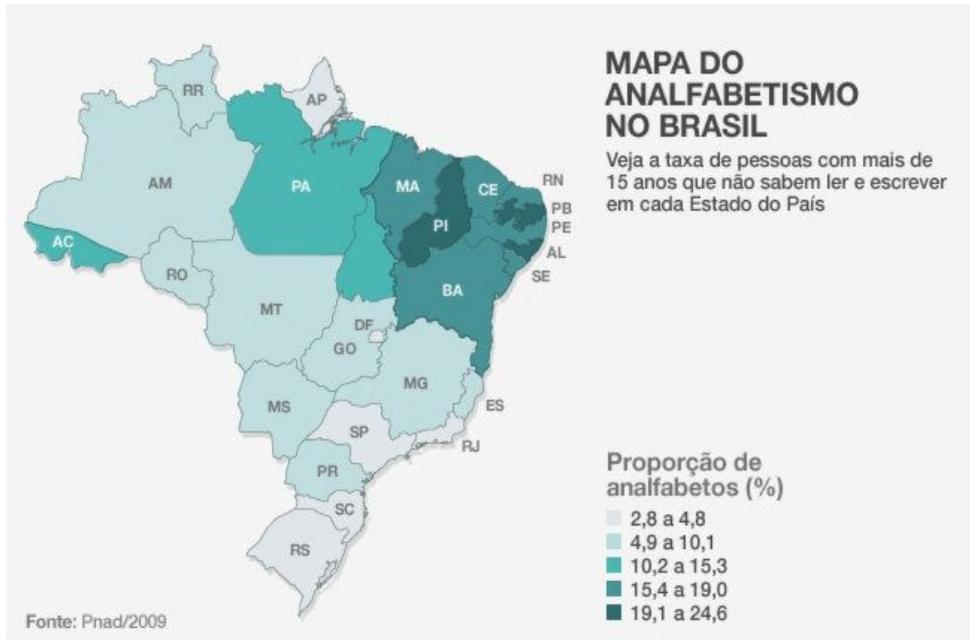


Figura 03: Taxa de analfabetismo no Brasil em 2009

Fonte: Pnad/2009

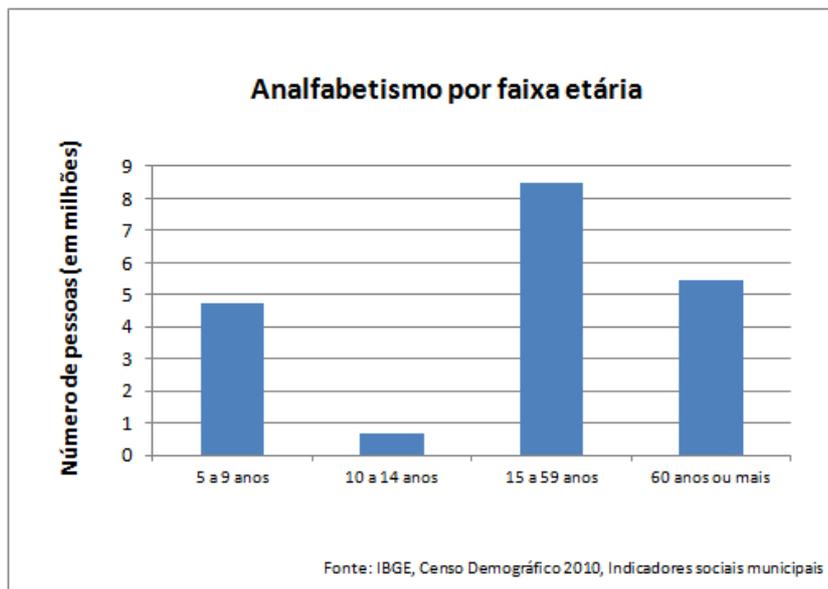


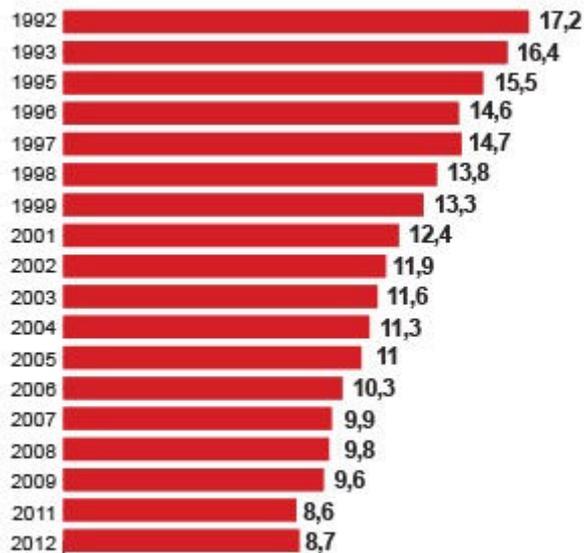
Figura 04: Taxa de analfabetismo no Brasil em 2010, por faixa etária

Fonte: IBGE

Veja o histórico da taxa de analfabetismo no Brasil

Índice não apresentava um aumento deste 1997

% 15 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa

 .com.br

Infográfico elaborado em 27/9/2013

Figura 05: Taxa de analfabetismo no Brasil, 1992-2012

Fonte: IBGE

No Brasil, temos falhas no ensino público, pois embora o direito a educação seja igual para todos, há uma grande diferença no nível e qualidade de ensino oferecido pelas escolas públicas e privadas, embora tenhamos escolas públicas de destaque tais como as escolas dos bombeiros, da polícia, a militar e os institutos federais, as outras escolas das redes municipais e estaduais, no geral apresentam sistemas sem tanta eficiência com estas outras escolas públicas citadas.

A busca da superação do fracasso escolar se articula a processos mais amplos do que a dinâmica intra-escolar sem negligenciar, nesse percurso, a real importância do papel da escola nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. Isto quer dizer que existe um conjunto de variáveis, intra e extra-escolares, que intervêm no processo de produção do fracasso escolar indo desde as condições econômicas (desigualdades sociais, concentração de rendas, etc), culturais dos alunos e seu (des)compasso com a lógica de organização,

cultura e gestão da escola (perspectiva institucional) até as dinâmicas e práticas pedagógicas utilizadas, em que se estruturam os processos ensino-aprendizagem propriamente ditos cujo balizamento encontra forte expressão na relação professor e aluno. (DOURADO, 2005, p. 03)

O ministério da educação avalia o desempenho das escolas e dos alunos e são nessas avaliações, por exemplo, que a diferença no padrão de ensino fica mais visível. Outro índice que poderia comprovar a má qualidade do ensino público brasileiro, referente ao primeiro e segundo grau, é o sistema de ingresso ao ensino superior, como as provas são iguais para todos, pois perante as leis todos devem ter oportunidades iguais, víamos a maioria das vagas serem ocupadas, nas universidades, por alunos da rede privada, fato o qual demonstra a diferença de aprendizagem e de preparação dos alunos.

Esses fatores geram uma falta de estímulos a muitos jovens que estudam nas escolas públicas, os quais não possuem motivação para frequentar rotineiramente a escola, além dessa diferenciação, há as limitações de recursos nas escolas, algumas vezes um ambiente escolar sem infraestrutura adequada, há as dificuldades que estes passam em suas casas, muitas vezes não tendo suas necessidades básicas atendidas e outras vezes tendo pais que por necessidade não estudaram e que por isso, não dão incentivo ou importância aos estudos. Muitos jovens precisam trabalhar ainda crianças, fato o qual dificulta o interesse e a persistência na escola. Entretanto, não podemos generalizar, muitos outros jovens e pais, mesmo em dificuldades, sabem da importância da educação e que somente ela será capaz de proporcionar uma mudança e melhoria na vida e estrutura de sua família. Por isso, é tão importante que o estado ofereça uma educação de qualidade que seja capaz de estimular e transformar a vida dos alunos.

Porém em 2012 foi lançado o sistema de cotas, onde as instituições públicas teriam que reservar vagas para estudantes das escolas públicas.

Um ano após a entrada em vigor da lei que institui as cotas, 32% das vagas em universidades federais são ocupadas por pessoas que têm cotas porque estudaram em escolas públicas. No total, são 46.137 vagas de 141.953 matrículas. Nos institutos federais, a

porcentagem é ainda maior: 44,2% das 20.763 vagas são ocupadas por cotistas.

A lei prevê que todas as universidades e os institutos federais reservem no mínimo 50% para cotas até 2016. Segundo os números divulgados hoje, 34% das universidades e 83% dos institutos já alcançaram a meta de 2016. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013)

Incentivando, assim o ingresso dos estudantes de escola pública na universidade pública.

No governo do ex-presidente Lula, foi desenvolvida e implantada diversas políticas públicas voltadas para a melhoria social, como forma de incentivar o desenvolvimento, a minimização da desigualdade social, a distribuição de renda e a inclusão social que resultavam em políticas públicas educacionais.

Como políticas públicas nacionais voltadas a educação há o Programa de Universidade para todos (PROUNI) é um programa de acesso ao ensino superior, onde os jovens que concluíram todo o ensino médio no ensino público podem disputar vagas limitadas oferecidas com bolsas de estudos, as quais podem ser integrais ou parciais, pelas universidades privadas, visando o acesso à educação superior e proporcionar uma redução na desigualdade social através da educação.

Há também o Financiamento Estudantil - FIES, o qual corresponde a um financiamento do ensino superior, onde o aluno pagará seu curso somente após dois anos do término do mesmo.

O programa Bolsa Família (como já dito, o qual é uma continuação de uma política já implantada pelo presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso), implantado em 2003, caracteriza-se como um valor mensal dado às famílias e possui como objetivo a transferência de renda, o acesso as necessidades básicas e o desenvolvimento das famílias.

Criou-se o Bolsa Família cuja a finalidade é a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima à educação, à alimentação e à saúde. (DIAS, 2005.)

Este programa também auxilia a educação, pois possui a intenção de retirar as crianças do trabalho e garantir sua efetividade a escola, ele ainda é constituído pelos Programas Bolsa Escola, o qual é concedido através da frequência e aprovação escolar, fato o qual tende a minimizar a evasão da escola e o trabalho infantil, pois muitas vezes os filhos trabalham para ajudar na renda familiar, com o benefício os pais recebem um auxílio e as crianças e adolescentes podem estudar; auxílio gás, o qual é um auxílio referente ao valor de cinquenta por cento do valor do gás; bolsa e cartão alimentação, que são valores para serem gastos em itens alimentícios.

No governo da Dilma, atual presidente do Brasil, foi lançada a lei de cotas, a qual reserva um número de vagas, de maneira gradual, nas universidades públicas.

A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. (MEC, 2012)

Para ter direito a ser beneficiado pela lei nº 12.711/2012 faz-se necessário enquadrar-se em possuam determinadas características, tais como ter estudado na escola pública durante o ensino médio, ter renda familiar dentro de um valor pré-determinado ou ser de etnias específicas.

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (PORTAL DO MEC)

Os Centros Tecnológicos de Ciência, Educação e Tecnologia encontrados em todo o país oferecem vagas para cursos técnicos, integrados ao ensino médio ou não, tecnológico e bacharelado.

No Ceará, além dos Institutos Federais - IFCE há as escolas profissionalizantes estaduais, as quais foram construídas pelo governo atual, as quais oferecem diversos cursos, para tal depende de qual mão de obra a cidade necessita, pois dessa forma capacita-se mão de obra que as empresas locais precisem tendo disponível pessoas qualificadas bem como oferta de emprego.

O governo estadual do Ceará possui outro incentivo a educação, é o de presentear alunos das escolas públicas que atingem uma meta pré-determinada na prova do SPAECE, a qual é uma prova de matemática e português que tende estabelecer uma classificação do nível de educação de cada escola. Não há um número limite de computadores, todos que atingem a nota ganham e se a escola conseguir subir de classificação de um ano para outro, todos os funcionários da mesma recebem o décimo quarto salário.

Muitos são os programas desenvolvidos pelas políticas públicas brasileira e em suas essências, podemos observar que eles são interligados e que estabelecem objetivos de melhoria social e minimização da desigualdade social, buscando formas de acesso através da educação seja dele próprio ou de seu dependente.

A inclusão social representa a inserção das pessoas da sociedade em todos os aspectos inerentes a ela, corresponde a todos terem o direito de possuir o acesso as mesmas oportunidades.

Segundo Barros (s.d.) vários são os motivos para que as pessoas sejam excluídas, “é difícil pensarmos que pessoas são excluídas do meio social em razão das características físicas que possuem...já nascemos com essas características e não podemos ser culpados por tê-las.”

O Brasil tenta promover esta inclusão através de diversos projetos e leis, tais como as leis das cotas em universidades públicas, a quantidade mínima que uma empresa deve contratar de funcionários com deficiência, a vagas para alunos de escola pública ou que estudaram com bolsa em escola particular para as universidades particulares.

Diversos são os motivos que fazem algumas pessoas estarem em condições de exclusão, seja por motivo histórico, social, geográfico, cultural, faixa etária, opção sexual, entre outros. Porém cada vez mais o poder público e privado vem dando ênfase a essas questões tentando resgatar essas pessoas excluídas e inseri-las na sociedade.

Na área da educação, como já citado há algumas políticas voltadas a essa inclusão e acesso. Segundo Sánchez (2005) inicialmente, a diversidade no campo da educação inclusiva foi entendida como uma inovação na área da educação especial. No entanto, gradualmente, passou a ser compreendida como uma tentativa de oferecer educação de qualidade para todos. Esse movimento inclusivo centra-se no respeito e na valorização das diferenças como matéria prima para uma educação de qualidade.

Portanto, muitos desses progressos vêm sendo desfrutado pela juventude, a qual na dinâmica da sociedade atual precisa estar sempre se qualificando e inserida nos movimentos socioeconômicos e políticos do país. Há muitos avanços em políticas voltados para a juventude como forma de entender que esses são o futuro da nação, serão os próximos adultos a compor o cenário do país. As políticas não são apenas relacionadas à educação, há projetos de lazer e outros voltados ao mercado de trabalho, tais como o Primeiro Emprego e Primeiro Passo, os quais inserem os jovens qualificados no mercado de trabalho, sem que este possua experiência anterior.

Através dessas ações muitos já são os jovens que saíram do mercado informal e passaram a trabalhar no mercado formal, em um emprego relacionada a alguma função, onde este possui uma qualificação certificada.

2.2.1 Educação Profissional no Brasil

A educação profissional refere-se a uma educação especializada, técnica, específica a uma área ou setor de atuação.

Antes da colonização dos portugueses no Brasil, os nativos, chamados, índios, já realizam suas atividades de maneira organizada e dividida rotineiramente

em suas comunidades, através de suas habilidades, práticas e conhecimentos prévios e adquiridos.

Trata-se, portanto, de um processo de Educação Profissional que integrava (e ainda integra) “saberes” e “fazeres” mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comum. Além desse traço próprio das civilizações indígenas, é possível afirmar que esses povos foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e obviamente, para as várias técnicas de cultivo a terra e para a produção e medicamentos (MANFREDI, 2002, p.67)

No período do Brasil colônia os trabalhadores livres tinham ocupações que necessitavam de maior qualificação técnica, pois desenvolviam atividades ligadas à direção.

Com a expansão do comércio necessitava-se cada vez mais de trabalho especializado, dessa forma os jesuítas passaram a ofertar, nos centros urbanos, núcleos de formação de artesanato e demais ofícios. Segundo Manfredi (2002) eram ensinados os ofícios de carpintaria, ferraria, construção de edifícios, embarcações, de pintura, de produção de tijolo, telhas, louças, fabricação de medicamentos, de fiação e de tecelagem.

Na constituição de 1824, foi garantida a instrução primária gratuita e o Estado buscava paralelamente criar mão de obra qualificada ligada as atividades de produção (fábrica, oficina, arsenais).

A educação profissional também foi ofertada pelo exército e pela marinha, aos órfãos e desvalidos, para a preparação para os ofícios manufactureiros. Segundo Cunha 2000 apud Manfredi (2002, p.78) “ em 1881 no Liceu de Arte e Ofício do Rio de Janeiro foi inaugurado o primeiro curso destinado a mulheres, já com o currículo seriado fixo de quatro anos, o curso comercial.”

Na época da República o país passou a se preocupar com a formação de trabalhadores profissionais e os Liceus e as Casas de Educandos foram substituídas pelas redes de escolas estaduais, federais, religiosas e elitistas.

Em 1906, o governador Nilo Peçanha fundou no Rio de Janeiro três escolas de ofícios destinadas ao ensino profissionalizante nas áreas industrial e manufatureira. Neste mesmo ano a Educação Profissional passou a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e em 1909, através do decreto número 7566 foram criadas dezenove escolas de aprendizes destinadas aos pobres.

Essas escolas tinham entre as suas finalidades não apenas atender as demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, mas também obedeciam a um propósito moral de repressão, que era educar, pelo trabalho, os órfãos, os pobres, os desvalidos da sorte, retirando-se da rua. Assim sendo, pela primeira vez a Educação Profissional surge como uma política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter do Estado. (KUENZER, 2001, p.27)

Essas escolas deram início, posteriormente ao ensino das Escolas Técnicas federais. O ensino profissional fornecido pela rede federal teve seu início regulatório a partir de 1909, onde esse surgiu como uma resposta aos desafios de ordem política e econômica, visando proporcionar uma qualificação e oportunidade à sociedade vigente. Inicialmente teve como nome Escola de Aprendizes, depois passou para Escolas Técnicas, após para Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET e hoje são chamados de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia- IFCE, os quais agregam cursos técnicos, com a modalidade de ensino técnico integrado ao ensino médio ou apenas o curso técnico e cursos de níveis tecnológicos e superiores.

A rede federal de educação profissional teve seus marcos regulatórios traçados no ano de 1909, pelo Decreto nº 7.566, do Presidente Nilo Peçanha. Como resposta a desafios de ordem econômica e política, “Nilo Peçanha instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, dando origem à rede federal que culminou nas Escolas Técnicas e, posteriormente, nos CEFETs” (MANFREDI, 2002, p. 85).

No governo de Vargas o Estado atuou como um propulsor do desenvolvimento econômico, através da oferta do ensino secundário para as elites e o profissionalizante de ensino médio destinado aos menos favorecidos. Segundo Otranto (2010) no final da década de 1930, as Escolas de Aprendizes Artífices deram lugar aos Liceus Industriais, mudança que pouco alterou os objetivos das antigas instituições.

A partir de 1942, com a reforma Capanema, o ensino profissional destinado ao nível médio passou a ter como requisito a aprovação em exame adicional, sendo composto por dois ciclos (o básico e o técnico). Segundo Otranto (2010) a partir de 1942, surgiram as Escolas Industriais e Técnicas, no lugar dos Liceus, com o objetivo de oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

Em 1942, surge ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI e em 1946, surge o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC, ambos criados pela iniciativa privada, visando ofertar cursos para suprir as necessidades e mão de obra qualificada.

Segundo Frigotto (2006) a criação do SENAI, do SENAC e do SENAR, assinalam o tipo de especificidade que a forma de capitalismo de produção em sua evolução, vai reclamando em termos de profissionalização.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e foram chamadas de Escolas Técnicas Federais, as mesmas passaram a ser independentes e autônomas e intensificar a oferta de cursos técnicos necessários a processo de industrialização.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram à categoria de autarquias e foram denominadas Escolas Técnicas Federais. Em 1978, devido ao crescimento e evolução, três delas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os CEFETs do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, posteriormente acrescidos de outras escolas que também foram alçadas à categoria de CEFETs. Dessa forma, a rede federal de educação profissional foi

adquirindo sua configuração, ao longo da história da educação nacional. (OTRANTO, 2010)

A lei número 5692/71, generalizou a profissionalização no ensino médio.

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. § 1º - A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino. (LEI 5692/71)

Porém não houve recursos ou esforços suficientes para tal, então a lei número 7044/82 permitiu ser facultativa a profissionalização do ensino no segundo grau.

A Constituição de 1998, no capítulo III, seção I, menciona sobre a Educação Profissional nos artigos 205 ao 214, referindo-se ao trabalho conjunto entre as esferas federais, estaduais e municipais, sendo porém exclusividade da união o direito e dever de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

O termo Educação Profissional foi introduzido na LDB através da lei número 9394/96, capítulo II, artigo 39, “a educação profissional, integrada as diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.”

Os CEFETS tornaram-se referências no ensino profissionalizante e passaram também a atuar como eixo central para o sistema nacional de educação tecnológica, visto que passaram a ofertar além de cursos de nível médio somado ao técnico, cursos de nível superiores, além de atuar como incentivador de instituições com cursos técnicos.

As mudanças na oferta dos centros das escolas profissionalizantes deu-se pelos sucessivos governos que observaram a importância em expandir esse tipo de ensino, visando proporcionar diferentes opções de formação a seus estudantes,

principalmente dando a oportunidade de alunos do ensino médio de obterem um certificado de curso técnico e já terminá-lo capacitado a pleitear a uma vaga no mercado de trabalho formal com maior qualificação, bem como proporcionar aqueles que necessitam de uma formação rápida pela necessidade de obter brevemente uma renda, ofertando cursos técnicos com duração de dois anos.

Segundo a LDB, o artigo 2, numero 36 e os 39 a 42 da lei 9394/96, os objetivos da Educação Profissional são:

- I. Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimento e habilidades gerais e específicas para o exercício da atividade produtiva.
- II. Proporcionar a formação profissional apta a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e pós-graduação.
- III. Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalho em seus conhecimentos tecnológicos.
- IV. Qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Em 2004, através do decreto 5154 a educação profissional técnica de ensino médio foi estabelecida da seguinte forma:

-Integrada (inciso I, § 1º, artigo 4º) o aluno que já concluiu o ensino fundamental, o curso é planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, contando vom matrícula única.

-Concomitante (inciso II, § 1º, artigo 4º) o aluno que já concluiu o ensino fundamental ou já está cursando o ensino médio, podendo ser encaixado em três situações:

1ª Mesma instituição de ensino com matricula diferente em cada curso;

2ª Em instituição de ensino distinta, fazendo o ensino médio e o profissional em instituições diferentes;

3ª Em instituição de ensino distinta, porém com convênio de intercomplementariedade, as matrículas são distintas, mas os cursos são articulados entre escolas conveniadas.

- Subsequentes (inciso III, § 1º, artigo 4º) o aluno que já conclui o ensino médio pode cursar apenas o ensino técnico.

Desde 2009, com a Lei n. 11.982, de 29 de dezembro de 2008, foram criados trinta e um Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), os quais juntamente as outras escolas técnicas existentes previamente deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFs). Os institutos oferecem ensino integrado, médio e técnico, além de cursos superiores de licenciaturas e tecnologias. Eles estão presentes em todos os estados e somam trinta e oito institutos.

O sistema educação profissionalizante é utilizado no mundo todo em países como Estados Unidos, França, Canadá, Alemanha, Japão, Uruguai. Demonstrando como esta política de educação é reconhecida como uma ferramenta de oferta de educação aos jovens, ressaltando que o público não é somente jovens de classes sociais menos favorecidas e sim todos aqueles que buscam uma qualificação rápida, reconhecida, acessível e que possa inserir os jovens no mercado de trabalho formal.

Em um debate realizado no Brasil, durante o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, contento especialistas da França, Uruguai e Brasil sobre o assunto, discutiu-se sobre esta percepção errada de ensino profissionalizante para classes pobres. Segundo Rodal (2005), secretário geral da Confederação dos Educadores Americanos, “um dos desafios é se desfazer do rótulo de que a educação profissional é uma modalidade voltada para o pobre e para quem não tinha inteligência, sendo necessário estabelecer políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento sustentável e a integração do ser humano na sociedade.”

Segundo Arnold (2005), assessora da diretoria de relações internacionais do Ministério Francês de Educação, “na França, colocamos a educação profissional e tecnológica a serviço da educação. Para nós, ela possibilita o desenvolvimento humano, a inclusão social e a integração sociocultural”.

No Brasil, além das escolas profissionais, representadas, em sua maioria, pelos Institutos Federais e pelas Escolas Estaduais de Ensino Profissional, também

há escolas com programa destinado a integração da educação básica com o ensino profissional voltado para jovens e adultos, é Proeja - Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Proeja foi, inicialmente, instituído no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, por meio do Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005 e, posteriormente, ampliado para todos os sistemas de ensino, por ação do Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Essa ampliação, entretanto, não retirou das primeiras a obrigatoriedade de oferecer o Programa, contemplando, no mínimo, dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição. (Portal do MEC)

Portanto, estes diferentes tipos de ensino e programas visam ofertar qualificação aos jovens de acordo com as características que melhor se adequem ao perfil e possibilidades dos mesmos, para que assim gere-se oportunidades e capacitação.

2.2.2 Educação Profissional no Estado do Ceará

O estado do Ceará, no governo do Cid Gomes, implantou no ensino estadual as chamadas escolas profissionalizantes, no ano de 2008, onde o aluno tem acesso à educação regular, correspondente ao ensino médio, e a educação profissionalizante em nível técnico.

A crescente oferta do ensino estadual profissional faz parte do programa federal Brasil Profissionalizado, projeto instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Segundo o MEC “a finalidade do programa Brasil Profissionalizado, visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica.”

O Programa Brasil Profissionalizado visa estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a

realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais, por meio da prestação de assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; construção de laboratórios de física, química, biologia, matemática, informática e os recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo. (MOURA, 2007, p.03)

O decreto estabelece conforme o art. 1º “fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.”

Parágrafo único. São objetivos do Programa Brasil Profissionalizado:

I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;

II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;

III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;

IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;

V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;

VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria

da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;

VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e

VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

Art. 2º O Programa Brasil Profissionalizado prestará assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado à educação profissional mediante seleção e aprovação de propostas, formalizadas pela celebração de convênio ou execução direta, na forma da legislação aplicável.

Art. 3º Poderão apresentar propostas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de que trata o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

§ 1º As propostas deverão ser acompanhadas de diagnóstico do ensino médio e conter:

I - descrição detalhada dos projetos pedagógicos;

II - orçamento detalhado por item de dispêndio; e

III - cronograma de atividades.

§ 2º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE disciplinará os procedimentos para apresentação de propostas, inclusive no que diz respeito aos itens passíveis de apoio financeiro.

Art. 4º A seleção das propostas a serem contempladas será realizada por comitê técnico, a ser criado especificamente para os fins do Programa Brasil Profissionalizado, e basear-se-á em metas, critérios de priorização e pré-requisitos fixados pelo FNDE.

Art. 5º As despesas do Programa Brasil Profissionalizado correrão à conta de dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a assistência financeira concedida com as dotações orçamentárias existentes.

Parágrafo único. A celebração de convênio para formalização da assistência financeira às propostas aprovadas está condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDE.

Art. 6º O FNDE acompanhará a execução físico-financeira dos convênios.

Art. 7º O Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento, o monitoramento, a supervisão e a avaliação do Programa Brasil Profissionalizado.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

O estado que tem o desejo de participar deve inscrever-se para aderir ao programa.

Segundo o portal do Ministério da Educação- Mec/ Secretária de Educação Profissional e Tecnológica- Setec, os passos são:

1. Assinar o Compromisso Todos pela Educação - Decreto n. 6094/97.
2. O secretário estadual de educação ou secretaria deve formalizar à Setec sua intenção de participar do programa. No mesmo documento deve constar o nome e o CPF dos responsáveis pela execução do Brasil Profissionalizado no estado. Os dados serão cadastrados no Simec, plataforma em que serão inseridos o diagnóstico e a elaboração do plano de expansão e melhoria da educação profissional.
3. A secretaria estadual solicita ao MEC a presença de um técnico para orientar na realização do diagnóstico e elaboração do plano.

4. Finalizado o diagnóstico e elaborado o plano, este será enviado para análise da Setec.

5. Após análise global do plano pela Setec, as ações aprovadas são encaminhadas para celebração de convênio junto ao FNDE ou para atendimento via assistência técnica. Nas redes estaduais, de fato o programa é uma resposta, pois proclama, claramente, o objetivo de que essas implantem a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, mediante a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado com articulação entre formação geral e educação profissional.

Portanto, o governo federal repassa recursos financeiros e oferece uma assistência técnica aos estados que apresentarem projetos para participar do programa, o qual incentiva a modernização e expansão da oferta do ensino médio e alia a mesma a oferta do ensino profissionalizante, tendo o programa o objetivo de aplicar os conhecimentos adquiridos no ensino médio na prática.

No projeto do Programa encontram-se além da oferta do ensino profissionalizante, a melhora nas taxas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, preparar o aluno para o mundo do trabalho, promover a inter-relação dos conhecimentos gerais com os específicos, elaborar e ajustar o plano de cargos e carreiras para os profissionais da educação, estimular a participação ativa dos conselhos escolares, interagir com a sociedade, realizar rotineiramente a formação inicial e continuada dos professores, técnicos administrativos e gestores. Ter como práticas pedagógicas programas de iniciação científica, apoio ao estágio e ações voltadas ao empreendedorismo e cooperativismo.

A infraestrutura referente aos espaços destinados a educação profissional devem seguir um modelo padronizado, onde há um modelo/manual no site do MEC, mas caso haja escola já construídas com condições de ofertar com qualidade esta modalidade de ensino as mesmas podem ser somente adaptadas.

Então quanto a infraestrutura o programa recomenda a construção de novas unidades escolares; reforma, ampliação e adequação de unidades escolares; construção de laboratórios científicos e tecnológicos; aquisição de acervo bibliográfico (didático e específico); equipamentos e materiais diversos.

Ainda segundo o MEC “cabe ao Estado monitorar o programa no seu território, realizar concursos públicos, abrir aos conselhos populares a participação do setor produtivo e de trabalhadores, controlar a evasão escolar, entre outras.”

Para tal criação houve uma pesquisa informal no Estado do Ceará buscando identificar quais eram a carência de mão de obra em cada localidade, para que assim houvesse uma maior eficiência e eficácia dos cursos oferecidos, pois ao mesmo tempo que ele dá formação técnica ao aluno ele também dá possibilidade de mão de obra qualificada na região, tentando garantir o ingresso do aluno no mercado de trabalho formal logo após a conclusão de seu curso, a geração de oportunidades através da distribuição de emprego e renda, a inclusão e a minimização das desigualdades sociais.

Segundo o site da secretária de educação (Seduc) o Ceará já possui noventa e sete escolas profissionalizantes em funcionamento, e oferta quarenta e três cursos técnicos, sendo estes em: administração, agricultura, agrimensura, agroindústria, agronegócio, agropecuária, aqüicultura, carpintaria, cerâmica, comércio, contabilidade, desenho de construção civil, design gráfico, edificações, eletromecânica, eletrotécnica, enfermagem, estética, eventos, finanças, fruticultura, guia de turismo, hospedagem, informática, logística, manutenção automotiva, massoterapia, mecânica, meio ambiente, mineração, modelagem de vestuário, nutrição e dietética, paisagismo, petróleo e gás, produção de moda, química, redes de computadores, regência, secretariado, secretaria escolar, segurança do trabalho, tecelagem e vestuário.

A educação profissionalizante é destinada a preparação para o mercado de trabalho. Portanto, podemos observar que muitas são as áreas as que os cursos técnicos oferecidos pelo governo do Estado do Ceará, tentam atender, gerando assim, um exército profissional para a demanda de mão de obra qualificada.

A escola estadual profissional no estado do Ceará foi pioneira no modelo apresentado e implantado, pois a mesma uniu modelos de escolas vigentes para então ser constituída, pois antes da mesma, não havia no Brasil, nenhuma escola estadual integral que ofertasse o ensino técnico juntamente ao ensino médio. As escolas estaduais cearenses basearam-se nas escolas de período integral do Estado de Pernambuco e a escolas técnicas federais e canadenses visitadas.

Para a constituição e implementação das escolas profissionais no Estado do Ceará utilizou-se como base para a filosofia de gestão a Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial – TESE e o Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental- PROCENTRO de Pernambuco a qual implanta também orientações de técnicas utilizadas pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- ICE, todos esses dois modelos citados usam modelos de gestão voltados ao desenvolvimento do aluno pessoal e profissional, através de disciplinas dentro do currículo que visam a discussão e aprimoramento de percepções e desenvolvimento de habilidades e visão sobre o mundo por parte do aluno. Fatos os quais atendem as diretrizes do programa que visa além da qualificação técnica do aluno, o desenvolvimento para o mundo do trabalho e do protagonismo.

Segundo a SEDUC como premissas para o programa espera-se o protagonismo juvenil, a formação continuada, a atitude empresarial, a corresponsabilidade e a replicabilidade.

Para a implantação do programa o governo fechou parcerias com o a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a Escola de Saúde Pública do Ceará, com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico, com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e com o Instituto Federal do Ceará. Todos esses parceiros visam facilitar e auxiliar o processo de aprendizagem dos jovens envolvidos no processo.

Segundo a SEDUC a missão das escolas profissionais do Estado é de integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica e uma vivência de cidadania e de protagonismo juvenil.

O projeto pedagógico das escolas visa à junção da formação geral, científica e cultural com a formação profissional e cidadã dos alunos.

As primeiras turmas começaram a concluir o curso técnico em 2011. Porém, mesmo sem dados, podemos evidenciar que proporcionar a educação integrada faz diferença na qualificação dos jovens da rede pública, pois muitas vezes, assim que eles terminam o ensino médio, logo em seguida vão à procura de emprego e, muitas vezes ingressam tardiamente no ensino superior ou nem ingressam. Portanto, proporcionar esse curso técnico proporciona a possibilidade de uma profissão melhor remunerada e reconhecida para esses jovens que precisam ingressar no

mercado de trabalho e traz oportunidades diferentes da realidade que ele teria sem a qualificação.

Portanto, podemos observar que melhorar a vida das pessoas, minimizar a desigualdade social e promover a inclusão dos jovens das escolas públicas através da educação é uma meta do atual governo do estado, que busca dar motivações e incentivos aos jovens para que estes entendam a importância do estudo e que os mesmos se insiram no mercado formal de trabalho, capacitados e qualificados.

3 MODELOS DE GESTÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS ESTADUAIS DO CEARÁ

Este capítulo tem o objetivo de abordar sobre os dois modelos utilizados como base de gestão pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional implantadas no Ceará, as quais são frutos do incentivo dado pelo Governo Federal através do Programa Brasil Profissionalizante, o qual estimula o desenvolvimento de políticas voltadas à profissionalização de jovens.

O governo juntamente com a Secretaria de Educação- SEDUC, no início de sua gestão, teve um crescente enfoque e preocupação para os assuntos relacionados à educação do Estado.

Com o programa Aprender para Valer foram pensadas em ações estratégicas que possuíam o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, através da elevação do desempenho acadêmico dos alunos, com foco no Ensino Médio.

Segundo a SEDUC, as estratégias desse programa eram “a superintendência Escolar; primeiro aprender; professor aprendiz; avaliação censitária do ensino médio; pré-vest; articulação do ensino médio à educação profissional. Todas essas estratégias visavam avaliar, coordenar e por em prática ações que incentivassem e que efetivamente tivessem resultados positivos no desempenho dos alunos na escola, contando com a participação e todos os agente envolvidos.

As escolas profissionais foram implantadas no Estado, do Ceará no governo do Cid Gomes, a partir de 2008, como resultados do programa federal Brasil Profissionalizado. As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, são escolas que funcionam em período integral, segundo Izolda Cela, secretária de educação do Estado do Ceará, “Os alunos permanecem na instituição das 7 às 17 horas e recebem três refeições (almoço e lanches de manhã e de tarde).”, ainda

possuindo acesso a todo o material didático e fardamento, obtém a formação regular (ensino médio) juntamente ao ensino técnico, sendo este representado pela oferta de inúmeros cursos.

Os cursos técnicos ofertados diferem de acordo com a região onde as EEEPs são oferecidas, pois antes da implantação das mesmas foi realizado uma pesquisa onde se buscou informações sobre a necessidade da mão de obra especializada para a região, pois dessa forma, aumentam-se as chances de êxito para a obtenção de emprego formal para os jovens formados pela escola, bem como soluciono o problema do empresariado que sofre com a falta de mão de obra qualificada.

Portanto, as escolas profissionalizantes visam ofertar um ensino diferenciado, qualificado, técnico para fornecer aos jovens, capacitação e inserção no mercado de trabalho bem como desenvolvimento pessoal e profissional.

Para a SEDUC (2008) “a implantação de escolas de educação profissional na rede estadual de ensino representa um novo momento da política educacional do Ceará, pautada na diversificação da oferta de ensino médio e sua articulação com o mundo do trabalho.”

As EEEPs começaram a ser implantadas em 2008, foram vinte e cinco escolas, todas as regiões do Estado foram beneficiadas e foram matriculados quatro mil duzentos e trinta alunos, no primeiro ano do ensino médio. No ano seguinte, foram inauguradas mais vinte e seis escolas, com mais doze mil trezentos e trinta alunos matriculados. Em 2009, o ensino estadual inaugurou mais quarenta e nove escola, neste ano as escolas de educação profissional já ocupavam setenta e oito municípios do Estado do Ceará, tendo mais de trinta mil jovens matriculados.

No ano de inauguração, 2008, as escolas iniciaram com a oferta de quatro cursos técnicos, sendo eles: informática, enfermagem, turismo e segurança do trabalho.

As escolas profissionais possuem além do ensino de base regular, o ensino médio, com as matérias comuns, e o ensino técnico, com disciplinas de um curso profissional em específico, aulas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e características de empreendedorismo, de ética, de cidadania e para o mundo do trabalho.

Segundo Cristiane Holanda, assessora institucional da Seduc (2008) “a missão das escolas profissionais do Estado é de integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica e uma vivência de cidadania e de protagonismo juvenil.”

O projeto pedagógico das escolas visa à junção da formação geral, científica e cultural com a formação profissional e cidadã dos alunos.

Para a constituição e implementação das escolas profissionais no Estado do Ceará, segundo Cristiane Holanda (2008), assessora institucional da Seduc, utilizou-se como base para a filosofia de gestão a Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial – TESE e a experiência do Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental- PROCENTRO, sendo este implementado primeiramente no Estado de Pernambuco, o qual ainda utiliza também técnicas e orientações advindas do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- ICE, esses dois modelos citados usam uma gestão voltada ao desenvolvimento pessoal e profissional do aluno, através de disciplinas dentro do currículo que visam a discussão e aprimoramento de percepções e desenvolvimento de habilidades e visão sobre o mundo por parte do aluno.

Para a implantação do programa o governo fechou diversas parcerias que pudessem tornar possível e viável a prática das atividades técnicas e desenvolvimento pessoal dos alunos.

3.1 Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial

A base filosófica da tecnologia empresarial utilizada como uma das bases de gestão e componente curricular dos alunos das escolas estaduais profissionais do Ceará baseia-se no modelo criado pela organização ODEBRECHT S.A., o qual segundo Odebrecht consiste em “um sistema de crenças e valores que visa à construção do futuro, a partir da mobilização das forças do presente.”

Segundo Senna (2009, p.77) “a ODEBRECHT S.A. é uma federação de pequenas empresas que atuam com ‘unidade de pensamento e ação’. Ela está

voltada para a manutenção desta sua 'unidade filosófica' e para o "direcionamento estratégico" da ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT."

Muitos dos pensamentos e influências utilizadas pela organização são resultados dos períodos e fases históricas, iniciando suas raízes no período da Reforma Protestante, fase na qual muitos pedagogos passaram a inserir na educação técnica, além do simples instruir, e passaram a destacar também sobre as relações humanas com a natureza e com os outros seres humanos, sendo isso difundido em vários países da Europa. Estes profissionais da educação tinham a intenção de disseminar as ideias de servir mais do que ser servido.

Segundo Odebrecht para que as crianças e os adolescentes incorporassem essas ideias foram criados dois cursos:

1. Futuras Mães, as quais – antes do casamento – faziam cursos especificamente voltados para ajudá-las na educação de seus Filhos. Esses cursos eram de nível universitário, então chamados de Puericultura.
2. Religiosos ou Leigos com aprofundada formação humanística, que atuavam como Preceptores, ministrando às Crianças, na casa das mesmas.

Norberto Odebrecht, o criador desta organização e modelo de gestão, recebeu os ensinamentos passados por sua mãe que foi ensinada por um pastor Luterano.

A base da Teoria Empresarial Odebrecht é a consciência de que o ser humano é capaz de desenvolver a si mesmo e de humanizar-se por meio do trabalho.

Segundo Odebrecht (2004) a TESE também possui influência da época do Renascimento, onde houve uma valorização do indivíduo e das ciências para o contínuo aperfeiçoamento do ser humano.

A motivação e o estímulo devem ser provocados através da autoaprendizagem, através de inúmeras perguntas, pois para Odebrecht perguntar é mais importante que responder, porque promove a reflexão e a busca pela resposta e caminho correto para atingir a resposta. Isso baseia-se no método concebido por Sócrates.

Segundo Chiavenato (1994, p. 47), “motivar significa proporcionar um motivo a uma pessoa, para que ela se comporte de uma determinada forma. Motivar, portanto, significa despertar o interesse e o entusiasmo por alguma coisa”.

Odebrecht faz a seguinte analogia comparando o corpo, a empresa e os respectivos responsáveis.

CORPO	EMPRESA	RESPONSÁVEL
“cabeça”	Área Negocial (Confederação)	Líder de Líderes (Presidente)
“tronco”	Grande Empresa (Federação)	Líder Empresarial
“membros”	Pequena Empresa	Empresário- Parceiro

Onde o líder dos líderes deve utilizar da sabedoria para conduzir os liderados; o líder empresarial deve ser corajoso na hora de agir, buscando sempre a eficácia; o líder parceiro, que deve aplicar a temperança, controlando os impulsos de sua juventude, assegurando o sucesso de sua pequena empresa.

Segundo Senna (2009, p.77) “o empresário é o líder educador que, ao atuar, domina e exerce, na prática, a tecnologia do fazer. no nosso caso: a Tecnologia Empresarial ODEBRECHT - T.E.O.”

A administração se utiliza da eficiência e da eficácia para realizar seus processos. Ter eficiência é atingir os objetivos com um mínimo de perda de recursos, fazendo o melhor uso dos capitais, e ter eficácia é alcançar os objetivos organizacionais. Para conseguir utilizar a eficiência e a eficácia dentro de uma empresa, é necessário que se estabeleçam normas e formas de conduta no trabalho. Para isso, a realização das atividades deve contar com planejamento, organização, direção e controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão do trabalho, que ocorrem dentro da empresa.

Para as ações de gestão o líder tem um papel fundamental, pois as ações, comportamento e relacionamento do mesmo com sua equipe de trabalho influenciam consideravelmente nos resultados.

Outra ideia norteadora para a organização é a de que “não existem ventos favoráveis, para quem não sabe para onde vai” (Sêneca 54 a.C-39 d.C), pois uma organização, assim como um gestor, bem como um empreendedor deve saber exatamente para onde quer ir, devendo ter planos, metas e objetivos traçados.

Utilizando sempre o método planejar, organizar, dirigir e controlar para a verificação e guiamento constante do caminho seguido e a percorrer.

Planejar significa visualizar o futuro e traçar o programa de ações; organizar significa constituir o organismo social e material das empresas; dirigir significa conduzir e orientar o pessoal; controlar significa verificar se o que foi planejado e organizado foi, de fato, executado (CHIAVENATO, 1994, p. 13).

Esse ciclo precisa ser feito e analisado, constantemente, para conferir e constatar as etapas do processo, pois há alguns fatores internos e externos que podem interferir em alguma das etapas ou no objetivo principal, necessitando, assim, de uma revisão e de uma nova fixação de objetivos e de metas para atualizar-se diante da nova situação. É preciso muita organização e foco para garantir a correta utilização das ferramentas disponíveis, a fim de proporcionar sucesso com a melhoria dos produtos e serviços ofertados pelas empresas, bem como na relação com o trabalho e com o capital humano empresarial.

Portanto, a organização preferiu parafrasear Sêneca e utilizar a afirmação: só existem ventos favoráveis para quem sabe para onde vai.

Ainda do período do Renascimento, a organização utiliza o ensinamento advindo de Galileu de que os homens são independentes, portanto em uma organização o trabalho de todos estão interligados e para Odebrecht não há lugar para chefes e subordinados e sim líderes, livremente aceitos, e seus liderados. Dessa forma, o relacionamento as pessoas estabelecem relações de confiança, respeito e diálogo e não simplesmente assume-se uma posição de autoridade que impõe e dá ordens.

Unindo o pensamento de Galileu ao de outros pensadores como os de Kepler, que dizia que o Sol não era o centro da terra e que os planetas não giravam em

torno dele, fazendo uma analogia as empresas, referi-se que o dono da empresa ou líder (chefe) não deve ser o foco e sim, o foco deve ser representado pelos clientes e acionistas.

Segundo Senna (2009, p.78) “ o empresário existe para servir com • humildade, simplicidade e trabalho, deve ter compromisso de servir, com disciplina, que gera respeito, que consolida a confiança.”

São valorizados também o a riqueza moral mais do que a material; a boa comunicação, onde todos devem falar uma linguagem única e no mesmo sentido, sabendo falar e ouvir; necessita-se de regras e conceitos práticos para orientar a rotina.

Da Revolução Francesa, Odebrecht foi influenciado por dois pensamentos:

1. Livre negociação, exposta no famoso Contrato Social
2. Processo educacional, exposto na obra “Emílio ou Da Educação”, mostrando como a Criança e o Adolescente, inicialmente pela via da educação doméstica, fornecida pelos Pais e pelo Preceptor, poderia adquirir a formação necessária para que se convertesse em Cidadão, Trabalhador e Chefe de Família, produtivo e útil a sua Comunidade.

A organização preocupa-se também com a permanência e a inovação. Sendo um método adotado por muitos países e organizações das mais diferentes áreas de atuação como referência para sobreviver, crescer, perpetuar e de educação pelo trabalho.

Segundo Senna (2009, p.84) “a educação pelo trabalho é o exercício permanente da preservação e da difusão da cultura Odebrecht = sobrevivência/ vida (imagem, produtividade, liquidez)”. O autor afirma ainda que “produzir no futuro é educar no presente, novos e bons, empresários: mais qualificados, úteis e produtivos, profissionalmente realizados e pessoalmente felizes.”

São estabelecidas como metas do modelo que se crie um plano de vida, um plano de carreira, um programa de trabalho (ação) e depois faça os resultados obtidos.

Aplicando as diretrizes deste modelo diretamente na escola profissional que também atua como uma organização que envolve pessoas, que se inter-relacionam, onde possuem o trabalho dependente (gestor-professor-aluno-secretaria), podemos perceber que o foco, segundo vimos, não está na gestão administrativa e nem na pedagógica e sim nos alunos que estão sendo formados como cidadãos e pessoas, bem como nos processos relacionados as relações interpessoais, onde através das aulas, reforça-se a importância do estudo, da participação, da motivação, da formação, da qualificação, de ter planos para o futuro, de preparar para o mercado de trabalho, isto podendo ser evidenciado pelas disciplinas técnicas e regulares, bem como pelas disciplinas voltadas ao mundo do trabalho, cidadania e a própria disciplina denominada TESE.

Frequentemente são ofertados cursos de capacitação para os professores também, para que estes estejam sempre atualizados e qualificados para exercerem suas atividades. Desta forma, investe-se no presente, nos profissionais que trabalharam nas empresas e atuarão na sociedade no futuro.

3.2 Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO)

Os centros de ensino experimental, implantando inicialmente em Pernambuco, são escolas de ensino médio, que foram criadas com a visão de ver, sentir e cuidar da juventude.

Um grupo de empresários uniu-se para restaurar o prédio do Ginásio Pernambucano, o qual já era uma tradicional escola pública do Recife e após a reforma decidiu investir na reestrutura do ensino na escola, modelo este que posteriormente foi expandido para outras escolas, este investimento tem como parceiros, além das instituições privadas, o governo Estadual, o qual inseriu o projeto em seu governo, representado por Eduardo Campos.

O projeto teve início em 2002, sendo o primeiro centro implantado em 2004 e, em 2008, trinta e três centros já estavam funcionando com aproximadamente dezenove mil alunos. Segundo Magalhães (2009, p.15) “ o PROCENTRO é uma

ação do governo do estado de Pernambuco para enfrentar os desafios do Ensino Médio”.

Segundo Gebrim (2010) “o PROCENTRO representa um novo modelo de gestão do ensino médio, que forma os jovens não só academicamente, como também para enfrentar o mundo do trabalho e, o que é mais importante, a vida”.

Constatou-se que o Brasil, no século XXI, possuía a maior taxa de jovens de toda a sua história e que para o equilíbrio social do país, bem como para proporcionar perspectivas a esses jovens algo tinha que ser feito, portanto, resolveu-se realizar este investimento privado na educação.

Para tal foram criados dois órgãos com a finalidade de conduzir e acompanhar o processo, sendo eles o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE) e o Programa de Desenvolvimento dos Eixos de Ensino Experimental (PROCENTRO).

O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- ICE é uma instituição que promove ações que visam estimular e promover aspectos educacionais, buscando para tal parceiros que invistam em processos inovadores destinados a juventude.

O Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação – ICE, instituição privada sem fins lucrativos, cuja missão é mobilizar a sociedade em geral e, em particular, a classe empresarial, segundo a ética da co-responsabilidade, a fim de produzir soluções educacionais inovadoras e replicáveis em conteúdo, método e gestão. Tudo isso objetiva uma nova forma de ver, sentir e cuidar da juventude, contribuindo para a formação de jovens autônomos, solidários e competentes. (MAGALHÃES, 2009, p.10)

O PROCENTRO é um órgão da Secretária de Educação Estadual responsável pelo planejamento e implantação dos Centros, tendo como eixos:

“causa” do ensino público gratuito de qualidade; “marca” da co-responsabilidade; “aceite” do desafio de novas institucionalidades.

Essas duas instituições operam a partir de um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre o estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Educação e o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação - ICE. (MAGALHÃES, 2009, p.11)

Para restaurar além da estrutura física do prédio da escola, a qualidade no ensino Magalhães estudou os fatores de influencia na educação e dentre algumas constatações destacou que:

Apesar desta floresta, quase intransponível, que se transformou a educação pública brasileira, ainda encontramos na rede algumas escolas que funcionam, ou seja, o aluno aprende! Uma avaliação precisa dessas escolas mostra que o fator de diferenciação é a qualidade da **Gestão**. São os gestores que, mesmo empiricamente, aplicam o Ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), elaboram um planejamento escolar juntamente com os professores, executam-no, medem o resultado e agem sobre os desvios. Além disso, premiam os melhores, punem os piores (quando o sistema permite) e atraem a comunidade para a vida escolar. Simples, não? Só que essas são as exceções das exceções. (MAGALHÃES, 2009, p.7)

Sendo, portanto, a gestão comprometida peça indispensável para o êxito educacional. Para a realização do projeto inicial, as empresas parceiras foram ABN-AMRO/BANDEPE, CHESF, ODEBRECHT, PHILIPS e AVINA e o Governo Estadual do Estado.

Marcos Magalhães, idealizador do projeto, queria bem mais que só restaurar o prédio, ele desejava revitalizar a biblioteca, o museu e investir em um ensino público de qualidade.

O PROCENTRO é fruto de uma constatação: a de que o Poder Público, por si só, não possui condições de implementar uma escola pública de qualidade para o Ensino Médio. [...] A constatação dessa situação levou a um compromisso expresso numa nova forma de cooperação entre o poder público e o setor privado. Este acordo foi estabelecido por meio de um Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o governo do estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Educação, e o ICE. Em síntese, o Termo de Cooperação prevê:

- A busca de resultados concretos com a implantação e a implementação de uma Rede Regional de Escolas públicas de Ensino Médio de Referência em conteúdo, método e gestão.
- A mobilização de empresas e empreendedores sociais para, juntamente com o governo, fortalecer e dar sustentabilidade ao empreendimento. Desde esse primeiro momento, a Avina tornou-se um dos parceiros co-responsáveis pelo projeto.
- A adoção de critérios próprios para a seleção de gestores das escolas;
- A adoção de critérios de seleção e remoção de professores da rede;
- A avaliação de gestores, professores e alunos;
- A adoção de sistemas de incentivo para os professores, em função dos seus próprios resultados e dos resultados dos alunos;
- A criação de Centros na forma de OS (Organização Social), com participação de municípios, outras organizações sociais e da sociedade civil;
- A co-participação dos municípios;
- A criação de um Conselho Gestor responsável pelo gerenciamento do Centro, bem como previsão de sua composição, responsabilidades e autonomia;
- a criação do PROCENTRO como órgão executor do programa na Secretaria de Educação. (MAGALHÃES, 2009, p.27)

A Odebrecht, além do apoio financeiro também contribuiu com os processos de implantação da reestruturação da qualidade de ensino, sendo representada por Bruno Silveira e por Antônio Carlos Gomes.

Bruno Silveira foi o responsável por idealizar e arquitetar a institucionalidade da escola e, de uma forma abrangente e integral, de cuidar do jovem.

Antônio Carlos foi o criador do modelo pedagógico da escola nas suas dimensões de conteúdo e de método, levando em consideração a realidade do jovem brasileiro e das deficiências docentes no Brasil.

No currículo além de evidenciar o ensino de qualidade, inseriu-se aspectos pedagógicos e gerenciais, além de uma coparticipação financeira.

Do ponto de vista institucional, o PROCENTRO surge de uma parceria entre o setor público e o setor privado, em regime de colaboração e co-responsabilidade. O setor privado, por meio do ICE, aporta uma filosofia de trabalho, uma proposta pedagógica, uma estratégia gerencial e de recursos para o co-financiamento parcial de cada escola – denominada de Centro de Ensino Experimental. O estado, por sua vez, cria uma instituição, o PROCENTRO, para expandir a proposta e gerenciar as escolas. (MAGALHÃES, 2009, p.19)

Portanto, a primeira fase do processo consistiu nas seguintes etapas:



A atuação dos empresários não se limitou a doação financeira, eles continuaram agindo para transformar a gestão e os processos das escolas públicas mais eficientes.

Cada centro possui um gestor que responde a um Conselho Gestor, o qual é constituído por membros do PROCENTRO, da prefeitura, das empresas parceiras e das instituições locais.

O projeto inseriu no projeto pedagógico:

1. Educação para Valores – EPV, a qual consiste no aprimoramento do educando como pessoa humana, objetivando formar o jovem como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade). de modo a capacitá-lo para o exercício da autonomia;
2. O Protagonismo Juvenil, visando formar o jovem por meio de práticas e vivências, na escola e na comunidade, que o levem a atuar como parte da

solução, e não como parte do problema, pelo exercício sistemático da cidadania ativa, construtiva, criativa e solidária;

3. A Cultura da Trabalhabilidade, visando capacitar o jovem a compreender, inserir-se e atuar no novo mundo do trabalho, elaborando o plano de vida, plano de carreira e programa de ação para seu desenvolvimento acadêmico e profissional;
4. O Empreendedorismo Juvenil, visando desenvolver sua capacidade de autogestão, co-gestão e heterogestão de seu potencial, na transformação de suas visões em realidade;
5. O Associativismo Juvenil, visando proporcionar o surgimento de múltiplas e variadas formas de auto-organização entre os jovens com finalidades sociais, esportivas, ambientais, entre outros;
6. A Presença Educativa, visando à ampliação e à qualificação das relações entre adultos e jovens na comunidade educativa e fora dela;
7. A Educação Geral e Certificação Profissional, visando ao desenvolvimento de competências para continuar aprendendo, à preparação e à orientação básica para o mundo do trabalho;
8. A Avaliação Sistemática como estratégia para adequar a prática pedagógica às reais necessidades do aluno;
9. Práticas e Vivências que visam desenvolver valores e competências pessoais e sociais necessárias à integração do projeto individual ao projeto da sociedade em que atua.

A escola promove a educação em período de tempo integral, onde alunos e professores permanecem na mesma de 7:30 às 17 horas, fato o qual caracteriza o sentido de participação e integração de todos no ambiente, incluindo além de professores e alunos, gestores e funcionários e a comunidade, evidenciando além das aulas comuns o Projetos de Vida de cada Aluno, o Protagonismo e o Empreendedorismo.

Segundo Magalhães (2011) o modelo está presente em cento e sessenta escolas de Pernambuco, sessenta no Ceará, dezoito no Piauí e três de Sergipe. Tendo índice de 50% a 60% de aprovação nos vestibulares de universidades, sendo

a média das escolas públicas inferior a 10%, e as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) estão substancialmente acima das médias de Pernambuco, do Nordeste, do Brasil e do melhor estado, que foi o Rio Grande do Sul.

A Avina, outra parceira do projeto, é uma fundação suíça, sem fins lucrativos, que possui iniciativas de investimentos sociais voltadas para o desenvolvimento sustentável em toda a América Latina, tendo contribuído no PROCENTRO para o financiamento das consultorias de implantação das inovações nas áreas de Gestão do Conhecimento, Tecnologia Empresarial, Protagonismo Juvenil, Avaliação e Sistematização.

Portanto, o PROCENTRO juntamente com a TESE trata de um modelo de gestão pública não-governamental, estabelecida, por meio do setor privado, representado pelo ICE, participa de forma solidária e co-responsável do conteúdo, método e gestão dos Centros.

O plano de ação dos Centros deve ser elaborado anualmente em equipe, formada por todos os gestores e professores, através de palestras, conversas, debates, apresentação de resultados, dados e informações. Os professores devem também se reunirem por área, visando melhores resultados e uma linguagem única e continuada na disciplina em específico. Desta forma, busca sempre melhor desenvolver o objetivo de oferecer educação de qualidade para os jovens e desenvolvê-lo em suas potencialidades, bem como para a vida pessoal e para o mundo do trabalho.

Os gestores devem possuir nível superior, ter experiência em administração ou gestão escolar e ter experiência como professor ou como gestor na área de educação por período mínimo de cinco anos. O processo seletivo composto por duas etapas: eliminatória e classificatória. A eliminatória é composta por análise de currículo e prova escrita, com análise de conhecimentos (conhecimentos gerais, pedagógicos e de gestão educacional). A classificatória possui avaliação do perfil comportamental e entrevista com ênfase nos aspectos de cultura geral, comunicação, conhecimentos de gestão.

Cada escola é composta uma equipe de professores, auxiliares técnicos e administrativos, e um ou mais coordenadores que apoiam a ação do Gestor, além de possuir alguns outros setores.

A Coordenação Pedagógica é responsável pelos resultados dos alunos, tanto os acadêmicos como os educacionais, de modo geral.

Além disso, responsabiliza-se:

- pela elaboração e revisão da Proposta Pedagógica, com base nas orientações do PROCENTRO;
- pela supervisão e desenvolvimento pessoal e profissional dos professores;
- pela organização das atividades de natureza interdisciplinar; e
- pela supervisão e apoio técnico às atividades docentes.

(MAGALHÃES, 2009, p.77)

Os professores são selecionados dentre os concursos efetivos da Secretaria de Educação, conforme os editais de cada Estado ou Centro.

Segundo Magalhães (2011) os professores também devem ser avaliados constantemente para permanecerem nos Centros, pois da excelência de seu trabalho resulta a qualidade do aprendizado, desenvolvimento e atuação dos jovens.

No projeto do PROCENTRO estão apresentados os índices de Avaliação dos Professores que são:

- Índice de aprovação da comunidade em relação ao Centro;
- Evolução do índice geral de aproveitamento dos alunos no Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco - Saepe.
- Índice de aprovação dos alunos em relação ao desempenho da instituição;
- Avaliação externa aplicada aos estudantes baseada em vestibulares anteriores;
- Cumprimento do Programa;
- Índice de aprovação dos alunos em relação ao desempenho do professor.
- Cumprimento de tarefas específicas de sua área;
- Participação em atividades com os alunos (por exemplo, feiras de Ciências).

O processo seletivo de alunos inicialmente foi estabelecido que seria por mérito, porém por determinação do Ministério Público a seleção ocorre por critério apenas de localização geográfica, onde os alunos são recrutados em uma região em específico, previamente delimitada e não há uma idade determinada para a inscrição também, devido a mesma determinação, quando a procura é maior que a oferta de vagas, o critério de desempate ou seleção passa a ser o histórico escolar.

4. Teoria e Prática: o que de fato do Programa de Educação Profissional foi implementado no Ceará de 2008 a 2013, na EEEP Marvin

Este capítulo faz uma comparação entre o que o Projeto diz que as Escolas Profissionais devem ter e o que de fato elas possuem, abordando aspectos abrangentes, tais como: estrutura, currículo, formação dos alunos e professores, acompanhamento do núcleo gestor, resultados, melhoria na qualidade do ensino. Enfim, aspectos que foram tomados como relevantes e que deveriam estar sendo postos em prática.

A escola na qual a pesquisa foi realizada foi a Escola Estadual de Educação Profissional Marvin, localizada em Fortaleza. A escolha por esta escola deu-se devido a mesma ter sido escola profissional no passado, ter virado escola de ensino médio e fundamental e ter retornado a oferecer o ensino profissionalizante junto com o ensino médio, no governo atual. Portanto, esta escola acompanhou os ciclos e cenários políticos e educacionais conforme o tempo e governo vigente da respectiva época.

O ensino profissional é ofertado no Estado do Ceará, desde 1971, tanto por escolas estaduais como o Liceu do Ceará, como por escolas federais como os Institutos Federais, mas foi no governo do Cid Gomes, observando o período de 2008 a 2013 que a oferta desta modalidade de ensino representou uma crescente, participando do incentivo dado pelo Programa Brasil Profissionalizado, do governo

Federal, pois houve a construção de novas escolas ou adaptação de escolas estaduais já existentes e passaram a ser ofertadas noventa e sete escolas com ensino profissionalizante, ofertando quarenta e três opções de cursos técnicos, todos para estudantes que além do curso ainda farão, em tempo integral, o ensino médio também.

Dessa forma, o primeiro parágrafo do programa incentiva a expansão do atendimento e melhoria da qualidade da educação, bem como o quarto parágrafo relata a relevância de fomentação a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à escola profissional pela rede pública, neste sentido a criação e adaptação de escolas aumentou o número da oferta de matrícula, são ofertadas por ano, em média doze mil vagas e a todo instante mais escolas são inauguradas.

Com o ensino integral e o investimento no ensino multidisciplinar os alunos da escola integral apresentaram resultados de destaque nas provas que medem o desempenho dos alunos em nível municipal e/ou por região, os resultados podem ser observados nos resultados de exames regionais ou nacionais, onde se faz o comparativo entre os resultados das escolas profissionais e as regulares, melhorando assim a qualidade da educação, tais como o SPAECE e ENEM, os quais serão explicados mais adiante.

As escolas profissionais oferecem o currículo do ensino médio, somando e integrando a esta formação as disciplinas do ensino técnico, combinando ainda formação e desenvolvimento cultural, contemplando o segundo parágrafo do Programa.

As escolas profissionais estaduais ofertam cursos técnicos que estejam precisando de mão de obra qualificada na localidade, estabelecendo assim articulação entre os arranjos produtivos locais e regionais, onde se fecha parcerias entre os programas, projetos de estágios, entre outros, correspondendo ao terceiro parágrafo do Programa.

O currículo dos alunos é formado pelas disciplinas de base comum (ensino médio), de base técnica e disciplinas de desenvolvimento amplo, tais como empreendedorismo, participação cidadã, teoria para vida, protagonismo juvenil, além

disso, os alunos são incentivados o ano todo a desenvolver projetos científicos e criativos, inscreverem-se em feiras, olimpíadas e tudo que estimule o aprendizado e crescimento pessoal, profissional e acadêmico, promovendo assim, uma ampla formação. Conforme o pedido no quinto parágrafo do Programa.

Através do ensino integrado e a possibilidade de obter a capacitação e curso técnico juntamente ao ensino técnico, há o incentivo dos jovens a ingressar ou retornar a escola e realizar seu estudo, pois é uma expectativa de melhoria para o futuro, pois é uma possibilidade de emprego formal melhor logo após o fim do ensino médio, adequando-se ao sexto parágrafo do Programa.

No terceiro ano todos os alunos realizam o estágio acadêmico, todos os cursos realizam um estágio de quatrocentas horas em campo, exceto o curso de enfermagem que cumpre seiscentas horas, acompanhados por um professor orientador, além de um supervisor de estágio na empresa onde atuam, contemplando o sétimo parágrafo do Programa.

Conforme o parágrafo sétimo do programa, regularmente as escolas profissionais ofertam matrículas dos cursos técnicos estabelecidos, somente fechando caso os alunos não estejam sendo absorvidos pelo mercado.

Cursos iniciados em 2008 podem fechar para que outros sejam abertos no processo o tempo inteiro monitorado pelo mercado. Será fator de sucesso envolver parceiros no processo de construção das EMI e ficar antenado com o mercado de trabalho. (ALENCAR, 2011, secretário de educação de Fortaleza neste período)

Os parágrafos acima citados correspondem às características gerais do Programa Federal Brasil Profissionalizado, a partir de agora passaremos a analisar o projeto do Estado, o qual se baseou nas características gerais do programa nos dois modelos de gestão descritos no capítulo anterior.

A escola profissional estadual que servira de base para nosso estudo será a escola Marvin.

4.1 Escola Estadual de Educação Profissional Marvin

A Escola Marvin está situada na Rua Monsenhor Hélio Campos, região Oeste do litoral de Fortaleza no bairro do Cristo Redentor.

A Escola Marvin foi inaugurada em 14 de janeiro de 1975, sendo uma escola de Ensino Médio Profissionalizante, a qual ofertava os cursos de Auxiliar de Laboratório de Análise Química, Auxiliar de Escritório e Auxiliar Técnico de Eletricidade, permanecendo assim, até o ano de 2001.

A partir de 2002 a escola passou a ofertar os Ensinos Fundamental e Médio, deixando de ser profissionalizante, acompanhando assim uma tendência da política nacional do período.

Em 09 de março de 2009, a Escola Marvin inicia uma nova fase, sendo escolhida para ser uma das escolas que seriam adaptadas para ofertar o Ensino Médio Profissionalizante, resultante da nova preocupação política do governo estadual, sendo fruto também de incentivos federais do Programa Brasil Profissionalizado. A partir deste momento, os alunos da Escola Marvin teriam aula em tempo integral e com a integração da oferta da qualificação em um curso de nível técnico.



Figura 06: Vista Aérea da EEEP Marvin

Fonte: GoogleMaps.

Inicialmente foram ofertados os cursos técnicos em Informática, Enfermagem e Guia de Turismo. Em 2010, a escola passou a ofertar os cursos de Hospedagem e Modelagem do Vestuário e, em 2012, o curso de Guia de Turismo teve sua primeira e única turma concluída, não sendo ofertada mais matrícula para este curso.

A Escola Estadual de Educação Profissional Marvin possui uma área de 22.000m², tendo 30 salas de aulas construídas, sendo o uso destas distribuídas assim: doze salas como sala de aula, uma sala de vídeo, uma biblioteca que também se chama de multimeios, um laboratório de Ensino em Informática (LEI), dois laboratórios de Hardware, um laboratório de Enfermagem, um laboratório não-concluído de Modelagem do Vestuário, um laboratório de Alimentos & Bebidas e um laboratório não-concluído de Governança. As demais salas não são utilizadas.

Tem-se ainda, a sala de apoio pedagógico, a qual é utilizada para realizar alguma intervenção com os alunos, mas que há planos de virar a Coordenação Pedagógica e Diretoria, pois fica mais próximo aos alunos, uma sala dos professores, um laboratório de Ciências Multidisciplinar, uma secretaria, uma sala da direção, uma sala de coordenação pedagógica, um almoxarifado, dois banheiro com acessibilidade, vestiário masculino e feminino, banheiros feminino e masculino, um auditório, uma quadra coberta, pátio que funciona como refeitório, cozinha e uma área verde.

A escola possui segundo Leo Eduardo, coordenador pedagógico, 42 profissionais em seu quadro docente, entre professores da base regular e técnicos e atualmente funciona com doze turmas, sendo três anos de cada curso.

4.2 Projeto em Prática

O projeto do Programa como pode perceber-se tem a finalidade de além da oferta do ensino profissionalizante, estimular a melhora dos indicadores de qualidade de educação, preparando o aluno para o mercado e mundo do trabalho; promover a inter-relação dos conhecimentos gerais com os específicos; elaborar e ajustar o plano de cargos e carreiras para os profissionais da educação; estimular a participação ativa dos conselhos escolares; interagir com a sociedade; realizar

rotineiramente a formação inicial e continuada dos professores, técnicos administrativos e gestores; realizar práticas pedagógicas; programas de iniciação científica; apoio ao estágio e ações voltadas ao empreendedorismo e cooperativismo.

Para cumprir as finalidades acima citadas Socorro Amaral, coordenadora há cinco anos da Escola Estadual de Educação Profissional Marvin, afirma que “com aulas em período integral fica mais fácil acompanhar, desenvolver e estimular profissional e pessoalmente tanto os alunos como os profissionais da escola e que o trabalho é feito em conjunto com os mesmos, onde todos são agentes do processo”.

Com o ensino integrado as ações são mais eficientes quanto a qualidade do conteúdo ministrado e aproveitado pelos alunos, pois utiliza-se o tempo disponível com nove aulas diárias, seguindo o PROCENTRO que estabelece o ensino em período integral, facilitando a integração e participação entre alunos, professores, núcleo gestor e funcionários.

O acompanhamento dos conteúdos que estão sendo lecionados em sala, bem como o seu planejamento e metodologias, por parte da coordenação pedagógica e da Secretaria de Educação também auxiliam no processo, ajudando assim a identificar falhas ou observar possibilidades de sugestões pertinentes aos assuntos em questão, bem como possíveis dificuldades, dessa forma, tanto professor como aluno são frequentemente acompanhados.

Segundo Janaína Mendes, coordenadora pedagógica da Escola Profissional Marvin “há um planejamento predeterminado semanalmente durante todo o ano letivo separado por área de ensino, dividido em linguagem e código, matemática, ciência da natureza e ciências humanas”.

Nas horas destinadas ao planejamento todos os profissionais das áreas correspondentes devem planejar suas aulas semanais, colocar seus diários em dia, elaborar projetos, pesquisar materiais, revisar os conteúdos a serem lecionados, elaborar material didático e avaliações, procurar e orientar alunos em progressão parcial, observar se há algo externo a escola que seja interessante os alunos inscreverem-se ou que condiz com as políticas de incentivo da escola, marcar aulas de campo para ter aulas práticas possibilitando a assimilação do conhecimento adquirido em sala, ressaltando que tudo isso é de perto acompanhado por Janaína,

que se reúne individualmente no dia especificado, ou seja, semanalmente, para o planejamento para conversar e observarmos o andamento e resultados. Segundo a coordenadora suas atividades neste processo de acompanhamento consistem em “dar informes, revisar datas, acompanhar a evolução dos conteúdos lecionados e quando necessário dar sugestões”.

O dia de planejamento é separado por área para facilitar o processo de integração entre os diversos profissionais da área, pois planejando juntos eles podem contribuir para o trabalho um do outro. Ao todo os professores da base comum possuem treze horas de planejamento semanal, sendo sete horas em um dia só (sendo neste dia que se concentram os professores da área) e as outras horas distribuídas ao longo da semana.

Segundo Janaína Mendes, coordenadora pedagógica da escola “as visitas na escola, dos profissionais representantes da SEDUC acontecem bimestralmente”, onde se faz reuniões com os professores da área escolhida a fim de observar a evolução do conteúdo e, as vezes, assiste-se algumas aulas.

Este acompanhamento contínuo acredita-se que auxilie na melhoria da qualidade do ensino e conseqüentemente, melhoria nos indicadores de qualidade da educação.

Com a oferta do ensino técnico desde o segundo semestre do primeiro ano, começa-se a trabalhar a relevância da formação para o mercado de trabalho, em específico, embora antes disso, tanto os professores da base regular como o núcleo gestor tenham conversas de incentivo e para situar os alunos sobre o caminho e oportunidades que eles terão e que devem aproveitar ao máximo, mas com as aulas do ensino técnico os alunos passam a vivenciar a formação futura e desta forma, vai-se preparando-os para o mercado de trabalho, através da capacitação e qualificação, porém também para o mundo do trabalho, pois se ensina sobre empreendedorismo, postura e conduta profissional, formulação de currículo, entre outros assuntos relacionados, sendo disciplinas estas oriundas da experiência do PROCENTRO.

Na semana pedagógica realizada antes do início de todo ano letivo traçam-se diretrizes e planos para todo o ano em todas as áreas para os quais devem ser

seguidos por todos a escola, os assuntos abordados vão desde objetivos com o docente a compromissos com os alunos e com a escola.

O plano de ação é elaborado anualmente, seguindo as orientações do PROCENTRO, e é resultante das reuniões da semana pedagógica, onde todos os gestores e os professores participam da sua elaboração, sendo reunidos de maneira geral e em área específica, buscando assim chegar a objetivos comuns.



Figura 07: Foto 1 Semana Pedagógica, 2011

Autora: Cláudia Macêdo

Deste encontro anualmente estabelecesse o Projeto Político Pedagógico, buscando sempre alinhar as duas bases de ensino existente dentro a escola, pois se deve buscar o desenvolvimento e aprimoramento máximo do aluno.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. (...) Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política... (CIAVATTA, 2005; p. 85)

Realiza-se também a avaliação do professor durante o ano letivo que se passou, onde este recebe um *feedback* sobre sua atuação na escola.

Quanto ao plano de cargos e carreiras para os profissionais da educação, durante a atual gestão do governo houve o aumento da gratificação dada por

titulação, elevou-se o nível dos profissionais (de acordo com o tempo de serviço o professor encontra-se em um nível), assim como se deu estabilidade para um número significativo de professores.

A cada fechamento de etapa há o conselho escolar formado por todos os professores, por representantes do núcleo gestor e pelos pais dos alunos, onde se aproveita para conversar sobre o desenvolvimento do aluno na escola. Não se entrega o boletim ao aluno, porém mais do que a obrigação de ir busca-lo tenta-se identificar a relevância do acompanhamento do aluno na escola e em casa também.

A escola realiza projetos sociais para interagir com as comunidades vizinhas, dessa forma realiza ação cidadã, além de estimular os alunos a desenvolverem ações sociais, estabelecem contato e retorno com a e para com a sociedade, bem como também sede o espaço da escola para algumas ações desenvolvidas por outras pessoas ou instituições. A seguir veremos alguns projetos e parceiros da escola.

- **Farmácia Viva:** desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC, o projeto visa o aprendizado sobre plantas medicinais, onde o conhecimento adquirido deveria ser aplicado para uso na própria escola e na comunidade, através do plantio e cultivo.



Figura 08: Foto Projeto Jardim de Plantas Medicinais, 2012

Autora: Cláudia Macêdo

- **Trabalho, Justiça e Cidadania:** desenvolvido juntamente a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA estimula o estudo dos direitos trabalhistas, sendo desenvolvido tanto com os alunos como com os professores.
- **Comunidade de Domínio Digital:** realizado em parceria com a SEDUC-CE, com a Universidade Estadual do Ceará - UECE e com o Instituto Aliança, possuía o objetivo de dar formação complementar em informática nos alunos recém-matriculados bem como nos alunos do terceiro ano.
- **Jovens Bombeiros Voluntários:** projeto realizado pelo Corpo de Bombeiros propunha a formação de jovens para atuação no socorro voluntário à comunidade.

Estes projetos acima citados foram desenvolvidos de 2009 a 2012, aqui abaixo serão apresentados projetos que ainda são desenvolvidos pela escola no ano de 2013:

- **Projeto Professor Diretor de Turma:** um professor assume “o compromisso de responsabilizar-se pelos alunos de uma turma (...) e permite-lhe chegar a um conhecimento pormenorizado de cada um dos alunos, fornecendo os elementos de que precisa para melhor orientá-los em suas necessidades específicas...” (SEDUC-CE, 2013a). Portanto, consiste em um acompanhamento detalhado por parte de um professor-diretor de uma turma em específico.
- **Projeto Geração da Paz:** desenvolvido pela SEDUC-CE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o projeto difundir a cultura da paz, disseminadas pelas suas ações “tem como missão a promoção de oportunidades de organização social a partir das próprias escolas, mediante protagonismo juvenil, com vistas à construção de redes de cultura de paz.” (SEDUC-CE, 2013b)

- **E-Jovem:** projeto desenvolvido pela SEDUC-CE, o qual oferta formação Tecnológica em Informação e em “(...) oportunizando melhores condições de inserção no mundo do trabalho e geração de emprego e renda para os jovens concludentes do ensino médio e egressos da rede pública estadual.” (PROJETO E-JOVEM, 2013)
- **Agulhas e Linhas:** projeto desenvolvido dentro do Curso Técnico em Modelagem do Vestuário e propõe a customização de roupas para comercializar.
- **Iniciação à Robótica:** projeto que visa permitir aos alunos o conhecimento aplicado de forma prática na área de física, matemática e informática.



Figura 09: Foto Coleta Seletiva e Sustentabilidade Social na Escola

Autora: Cláudia Macêdo



Figura 10: Foto Aula de Karatê

Autora: Cláudia Macêdo



Figura 11: Foto Visita dirigida Lar Torres de Melo, 2012

Autor: alunos da turma de Hospedagem

Visando a frequente atualização do corpo docente investe-se em capacitações de professores, tanto da base regular como da base técnica, oferecendo cursos e até especializações. Segundo Janaina Mendes, coordenadora da escola “a frequência das capacitações são bimestralmente”, sendo ofertadas pela SEDUC cursos como Empreendedorismo, Projetos de Vida, Mundo do Trabalho;

Especialização em Educação Profissional e em Hospitalidade e Turismo em parceria com o Instituto Federal do Ceará.

Apesar do incentivo a capacitação e qualificação na escola não há muitos professores efetivos. A escola Marvin só possuía dois professores efetivos, onde estes atuavam no ensino regular, porém desde agosto de 2013 ambos compõem a coordenação pedagógica, ou seja, segundo a secretária Claudia Macêdo “há trinta e quatro professores na escola, na base regular, todos substitutos”. Os professores da base técnica são selecionados por seleção pública e prestadores de serviço do Instituto Centro de Ensino Tecnológico- CENTEC, os quais somam, segundo Leo Eduardo, coordenador pedagógico da escola Marvin, quinze professores, também não concursados, entretanto para estes cargos nunca teve uma previsão de concurso, diferente dos concursos para professor da base regular que já houve seleção para professor efetivo duas vezes no período citado da pesquisa, nos anos de 2011 e 2013, mas o número de efetivados ainda não é suficiente, vale ressaltar que os professores substitutos não possuem carteira assinada, não recebem férias, nem remuneração diferenciada de acordo com sua titulação, por exemplo.

A professora mais antiga na escola Rozileide Marques, foi aluna da escola quando a mesma ofertava pela primeira vez o ensino profissional junto ao ensino médio, trabalha na mesma, desde 2008 e diz que “a cada ano os professores precisam fazer seleção, pois o contrato é encerrado, não se ganha benefício por titulação, não temos carteira assinada, só recebemos o décimo terceiro, mas férias remunerada não.”

Porém a professora, Rozileide afirma que “sempre gostou de trabalhar a nível formativo profissional, pois os alunos da escola pública precisam desse tipo de incentivo para dar seguimento em sua vida, pois sem estes cursos dificilmente os alunos ingressariam no mercado formal de trabalho.”

O contrato sendo com fim pré-determinado o ano o empregador isenta-se de pagar alguns benefícios, tais como férias. Aqui se usa de estratégias legais para diminuir os encargos trabalhistas e não ter vínculo com os profissionais. Ação esta contrária ao proposto pelo PROCENTRO que estimula a contratação por concurso efetivos de professores.

O contrato por prazo determinado, criado pela Lei nº 9.601, de 21/01/98, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 2.490, de 04/02/98, trouxe uma alternativa às empresas para redução do seu custo de mão de obra, a fim de gerar mais empregos, frente ao desafio do fenômeno da globalização da economia, que alterou substancialmente a estrutura e níveis de empregos no Brasil.

Característica singular do novo contrato

- Somente é possível a opção pelo novo contrato, com a participação na negociação do instrumento coletivo do sindicato profissional e desde que justifique acréscimo no seu quadro de pessoal;
- Na convenção ou acordo coletivo, as partes estabelecerão a obrigatoriedade de a empresa efetuar depósitos bancários mensais, sem natureza salarial, em nome de cada empregado. O critério de saque destes depósitos, serão previstos no respectivo documento;
- Não se aplica as indenizações previstas nos arts. 479 e 480 da CLT (50% dos dias que faltam até o término do contrato), porém, no caso de quebra do contrato antes do término, haverá uma indenização, que deverá ser acordada junto ao sindicato profissional;
- O novo contrato, permite sucessivas prorrogações, dentro do seu prazo limite, sem haver a caracterização de "indeterminação do prazo", contrário ao previsto no art. 451 da CLT;
- A validade dos respectivos contratos, dependerá do depósito na DRT do contrato escrito firmado entre empregado e empregador, inclusive das prorrogações. (CLT, Lei nº 9.601/98)

As escolas profissionais estimulam programas de iniciação científica, bem como participações em olimpíadas, amostras culturais, e tudo que estimule os alunos. A escola Marvin ganhou prêmios pelo Cine Marvin, que é um projeto do Cuca que incentiva produção de curtas metragens, este projeto é anualmente orientado pelo professor Emerson Praciano; pelo projeto Arte no Cemitério, orientado pela professora Liliansy Queiroz e pelo projeto Trem Eletricidade Solar, orientado pela professora Liliam Tavares, sendo estes dois últimos projetos incentivados pela Secretaria de Educação.

Segundo Emerson Queiroz, professor de Filosofia da escola Marvin e criador do Projeto Cine Marvin o projeto surgiu da vontade em fazer com que os alunos aplicassem a filosofia na prática e para que eles também pudessem desenvolver-se e descobrir habilidades e competências.”

A escola profissional possui no seu currículo o estágio obrigatório e dessa forma, apoia o aluno em todas as etapas e processos para o cumprimento desta disciplina. Segundo Cristiane Holanda, assessora institucional da Seduc “o governo é quem paga apólice de seguro para os alunos, bem como a bolsa, que corresponde a meio salário mínimo somado ainda ao auxílio transporte. Os alunos são acompanhados nas empresas por orientadores de estágios, os quais também são os responsáveis por captar as vagas antes de iniciar o estágio”. Durante todo o processo o orientador avalia as atividades e orienta ou treina caso precise em algo específico, mas o aluno também possui um supervisor da própria empresa.

Quanto à parte física-estrutural das escolas no primeiro capítulo foi dito que o programa recomenda a construção de novas unidades escolares; reforma, ampliação e adequação de unidades escolares; construção de laboratórios científicos e tecnológicos; aquisição de acervo bibliográfico (didático e específico); equipamentos e materiais diversos.

Conforme já mencionado algumas escolas foram construídas conforme o padrão do Ministério de Educação- MEC outras foram adaptadas. As escolas construídas contam com toda a infraestrutura necessária desde o início da oferta dos cursos possuindo laboratórios equipados, auditório, biblioteca com acervo da base técnica e regular, refeitório, área esportiva, entre outros. A foto abaixo é da Escola de Educação Profissional no bairro Luciano Cavalcante, Jaime Alencar de Oliveira, a qual obedece ao padrão indicado pelo MEC.



Figura 12: Foto Laboratório Padrão Mec

Autor: Fábio Lima

Fonte: Jornal O Povo

No site do Governo do Estado, quando foi publicado sobre a inauguração da escola profissional estadual de Tamboril veio definido o padrão MEC:

Dentro da nova concepção de qualidade estabelecida pelo Ministério da Educação para escolas de educação profissional, é considerada a primeira do Brasil a entrar em funcionamento. Além de 12 salas de aula, a estrutura de mais de 4,5 mil metros quadrados terá os seguintes espaços: hall/ foyer, auditório para 201 lugares; biblioteca; bloco pedagógico-administrativo; secretaria, diretoria, reprografia, coordenações, salas de professores; laboratórios de Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática; laboratórios especiais (02 oficinas); bloco administrativo de vivência (cantina, cozinha, vestiários de funcionários, grêmio, refeitório, vivência, oficina de manutenção), quadra poliesportiva, depósito de material esportivo, coordenação de educação física, vestiários para alunos, sala multiuso, teatro de arena e estacionamento (40 vagas). (site do Governo do Estado)

Portanto, as escolas construídas possuem toda a infraestrutura necessária para oferta e desenvolvimento dos cursos que a mesma possui.

Já as escolas adaptadas passam por um longo processo de espera de verbas, principalmente para a equipagem definitiva dos laboratórios.

Na escola Marvin, uma escola adaptada, que ofertava no início os cursos de Informática, Modelagem do Vestuário, Enfermagem e Guia de Turismo, mas este último foi substituído pelo curso de Hospedagem, os laboratórios demoraram a ser estruturados, e ainda no ano corrente, 2014 ainda falta materiais e equipamentos em alguns laboratórios, vale frisar que a escola está aberta desde 2009.

Somente após dois anos e meio na escola que o curso de Guia em Turismo, recebeu sua agência modelo para ser montada, mas neste período já era o momento de os alunos irem para o estágio em campo, indo para a escola em apenas um período para ter aula das disciplinas da base regular.

O curso de Hospedagem também no projeto para a realização do mesmo necessita de um laboratório sala-bar e outro que simule um apartamento (quarto com banheiro) o curso já existe desde 2011 e foi somente em 2013 que chegaram os móveis, materiais e utensílios suficientes para a montagem do laboratório sala-bar; para o outro laboratório chegou somente a cama, a televisão e o frigobar, ressaltando que este laboratório é para simular técnicas de arrumação, higiene e limpeza da camareira, mas sem verba para produtos de limpeza adequados, roupas de cama mesa e banho, banheiro estruturado, fica inviável de realizar estas práticas em específico, além do que a escola possui problemas com o abastecimento de água, inviabilizando também o planejamento de aulas no possível banheiro quando montado.

O curso de Modelagem de Vestuário funcionou até 2012, sem as máquinas adequadas, foi neste ano citado que chegaram equipamentos para o laboratório facilitando as aulas e trabalho dos professores e alunos, mas segundo Evania Muñoz, coordenadora e professora do curso de modelagem, “o laboratório não possui climatização, além disso temos apenas duas máquinas de costura para quarenta alunos e a máquina ainda é a overlock, enquanto que a ideal seria a máquina reta. Faz-se tudo a mão, enquanto o correto e ideal seria fazer na máquina, sendo esta reta.”



Figura 13: Foto Laboratório de Modelagem

Autora: Cláudia Macêdo

O curso de informática desde o início teve seu laboratório montado e estruturado e, atualmente possui três laboratórios, sendo um deles dividido com o restante da escola que também possui aula de informática. Porém, falta alguns programas necessários ao curso.

O curso de enfermagem possui um laboratório bem equipado, apesar de o espaço não ser suficiente para os alunos. Segundo Bosco Lacerda, coordenador e professor do curso “nas aulas práticas os alunos precisam ser divididos em dois grupos, onde enquanto um vai para o laboratório o outro fica em sala de aula estudando o procedimento que será executado, pois não há espaço suficiente para todos os alunos juntos ao mesmo tempo. O laboratório ficou pronto no segundo semestre de 2010 e desde o início sempre teve todas as próteses e materiais necessárias as práticas, todo ano o recurso financeiro é enviado, porém não há materiais de consumo. O laboratório não possui bancadas e falta água, ambos são necessárias para a realização das práticas ”



Figura 14: Foto Laboratório de Enfermagem

Autora: Cláudia Macêdo

O acervo da biblioteca apesar de equipado, só pode ser consultado pelos alunos no próprio local, os alunos não podem fazer empréstimo dos livros e levá-los para casa, a quantidade de livros é insuficiente, principalmente quanto aos livros referentes aos conteúdos do ensino técnico.

Os livros didáticos do ensino regular foram entregues aos alunos no início do ano letivo, porém quanto às apostilas referentes aos cursos técnicos não há uma regularidade na entrega, muitas vezes os alunos recebem as mesmas já na metade das disciplinas e algumas vezes nem recebem, como vem acontecendo com diversas disciplinas na EEEP Marvin desde 2012. Segundo a diretora Fabíola Ribeiro “as apostilas não chegaram na escola por falta de verba, mas a escola se disponibiliza para imprimir material que o professor elabore”. Algumas vezes também a Apostila sobre o conteúdo não existe, pois as apostilas bases são padronizadas e disponibilizadas pela SEDUC

Sobre a qualidade dos conteúdos contidos nestas apostilas bases há uma grande insatisfação por parte dos professores, pois a maioria consiste em materiais copiados, com conteúdos mal abordados e dados desatualizados, na maioria das vezes as EEEPs disponibilizam-se para imprimir materiais elaborados pelos professores para auxiliar neste processo.

Segundo Bruna Laura, professora do curso de Hospedagem “as apostilas não satisfazem a demanda de carga horária, não impulsionam as técnicas e são superficiais.” Em 2013, houve uma solicitação da SEDUC para que os professores pudessem colaborar e confeccionar novas apostilas bases e a professora citada produziu a apostila de Marketing, disciplina a qual leciona na escola, facilitando assim seu processo neste material em específico”.

Quanto ao rendimento da escola Marvin vamos observar os dados abaixo:

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM

	Escola	Cidade	Estado	Brasil
Objetiva	495,0	485,0	455,6	481,4
Discursiva	525,0	499,3	459,0	484,9
Média	501,0	487,8	456,3	482,1

		Escola	Cidade	Estado	Brasil
Total de alunos	Infantil	0	142	54	60
	Fundamental	0	485	205	207
	Médio	456	521	585	379

Média de alunos por turma	Infantil	--	19,1	17,2	17,2
	Fundamental	--	27,0	19,2	19,4
	Médio	38,0	35,2	35,2	29,1

Horas de aulas por dia	Infantil	--	5,5	19,1	5,1
	Fundamental	--	4,0	4,0	4,2
	Médio	10,0	4,5	4,6	4,2
Taxa de reprovação	Fundamental	--	10,3%	7,9%	11,7%
	Médio	--	9,3%	6,5%	11,6%
Taxa de abandono	Fundamental	--	4,8%	3,0%	5,5%
	Médio	1,8%	16,4%	11,2%	10,8%

Tabela 01: Resultados Escola Marvin 2012

Fonte: ENEM 2012 e Censo 2012 – Inep.

As comparações com a média das escolas da cidade, Estado e Brasil consideram a Rede Pública de Ensino. Pudemos observar que a escola possui taxas de rendimento escolar maior que a média do Estado, bem como da cidade e do país também, pois como já mencionado as dez horas que o alunos passa na escola são aproveitadas e direcionadas da maneira mais eficiente possível, contando ainda com professores qualificados e que estão em constante processo de acompanhamento.

Agora vamos apresentar os dados durante o período de estudo da pesquisa.

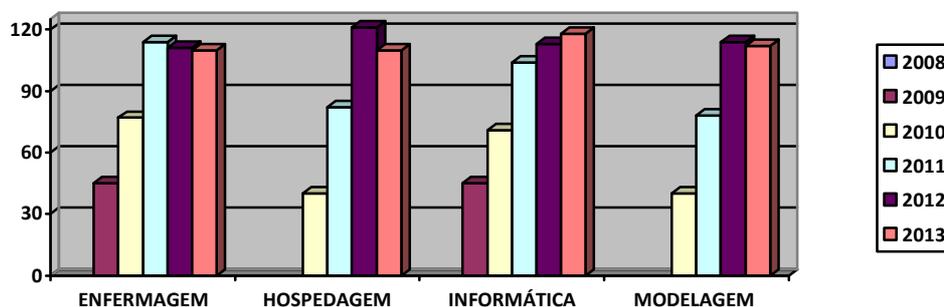


Gráfico 1: Histórico das Matrículas do Ensino Médio Marvin 2008-2013

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

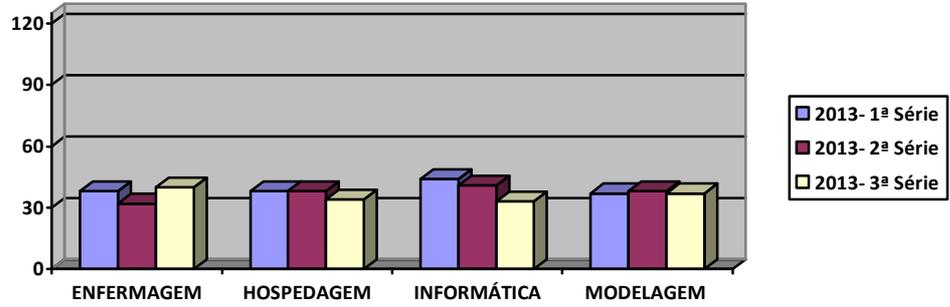


Gráfico 2: Histórico das Matrículas do Ensino Médio Marvin 2013

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

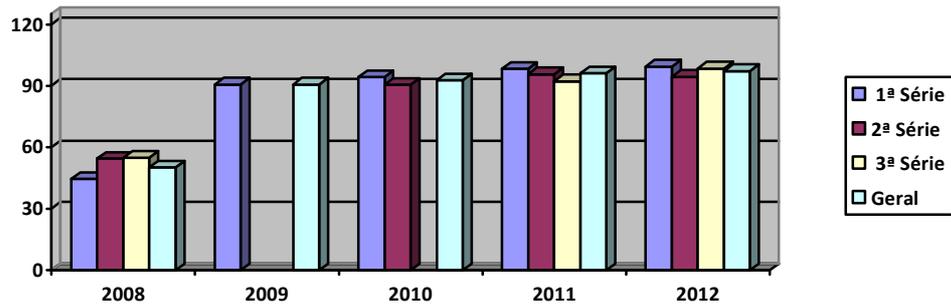


Gráfico 3: Histórico das Aprovações: 2008-2012

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

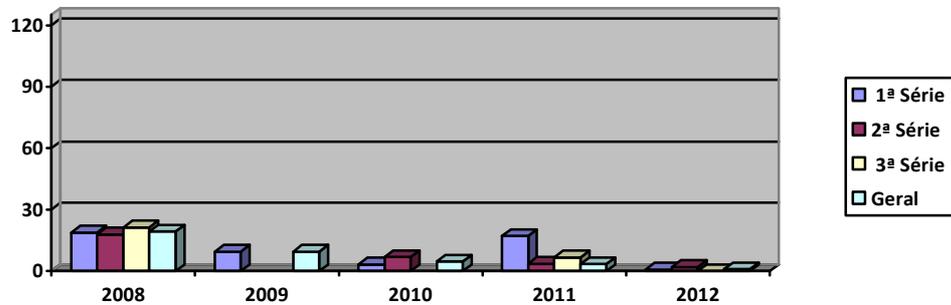


Gráfico 4: Histórico das Reprovações: 2008-2012

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

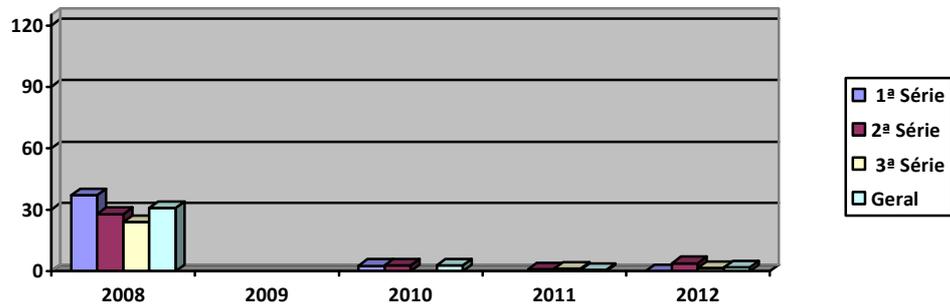


Gráfico 5: Histórico das Reprovações: 2013

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

As taxas de abandono e reprovação são menores, pois a gestão e os professores acompanham de perto o aluno, buscando incentivá-lo e promovendo a participação dos responsáveis no processo.

Além do ENEM outro instrumento para o acompanhamento das taxas escolares referente a qualidade na educação é o SPAECE, o qual consistia até 2012 em prova das nas disciplinas de Matemática e Português para todas as séries envolvidas no processo, porém a partir de 2013 para o terceiro ano passou-se a considerar a média dessas mesmas disciplinas só que do ENEM, o aluno não precisa fazer uma outra prova separado como antes desta data.

O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação (SEDUC), vem implementado desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE), que tem como objetivo fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação da Educação Básica da rede pública de ensino.

A preocupação com a qualidade da Educação Pública no país e, particularmente no estado do Ceará, remete para o SPAECE papel destacado na medida em que o referido sistema fornece informações necessárias aos gestores para a formulação e implementação das políticas voltadas para a melhoria dos resultados escolares.

Nesse sentido, o SPAECE, criado em 1992, tem procurado, por intermédio dos ciclos de aferição realizados, fornecer informações

que subsidiem à formulação de políticas e de ações, visando à melhoria dos indicadores educacionais.

A Secretaria da Educação do Ceará, considerando a importância da avaliação como instrumento eficaz de gestão para a correção das distorções evidenciadas e das desigualdades de oportunidades de aprendizagens, em 2007, amplia a abrangência do SPAECE implementando, em caráter censitário e anual, a Avaliação da Alfabetização – SPAECE-Alfa e a Avaliação do Ensino Médio. A primeira, avalia os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública de ensino. A segunda, inclui, pela primeira vez, as três séries do Ensino Médio. Esta, antes, incluía somente a 3ª série do Ensino Médio. Ressalte-se que esta inovação possibilita a realização de estudos longitudinais com os alunos desse nível de ensino, iniciativa por demais relevante para verificar o progresso de aprendizagem dos mesmos alunos ao longo do tempo. Assim, o Sistema de Avaliação, atualmente, está consolidado em três focos: Avaliação da Alfabetização – SPAECE-Alfa (2º ano), Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º ano) e Avaliação do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries). (SANTOS, 2010)

Os dados abaixo representam os resultados no SPAECE de 2008, quando a escola ainda era de ensino somente regular, até 2012.

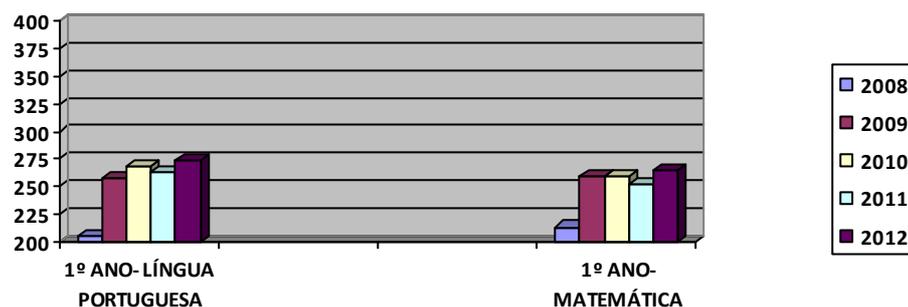


Gráfico 6: Evolução de Proficiência 1º ANO: 2008-2012

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

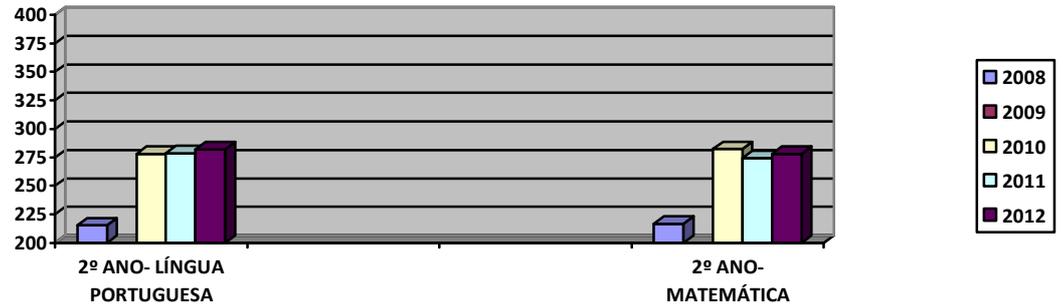


Gráfico 7: Evolução de Proficiência 2º ANO: 2008-2012

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

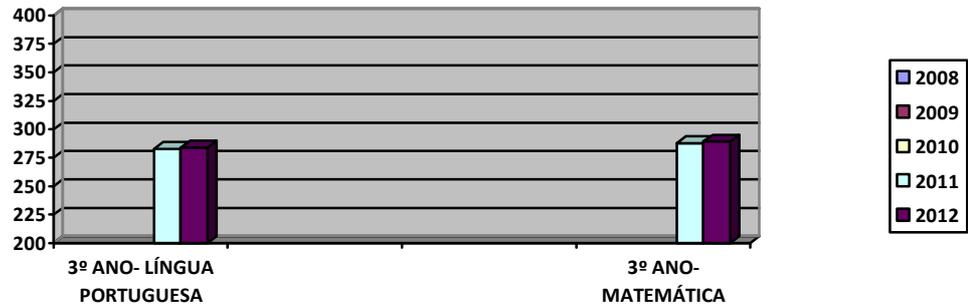


Gráfico 8: Evolução de Proficiência 3º ANO: 2008-2012

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Cepes-Censo Escolar

Observando os gráficos podemos ver a diferença de resultado obtido pelos alunos quando era uma escola de somente de ensino médio (em 2008 também havia oferta do ensino fundamental, mas a comparação está sendo feita apenas com o nível médio) e quando passa para escola profissional. Claramente, nota-se o salto em qualidade de educação com a troca de modalidade de ensino da escola Marvin.

Como incentivo aos alunos, àquele que conseguir tirar uma média predeterminada nas disciplinas ganha um computador, não há limite de vencedores. Na escola Marvin tem, por exemplo, uma aluna que ganhou pelos três anos consecutivos.



Figura 12: Foto Premiação SPAECE

Autor: Cláudia Macêdo

Agora analisando especificamente a implementação das bases de gestão de filosófica, que são a Tecnologia Empresarial Sócio-Empresaria-TESE e a experiência dos desenvolvimentos dos Centro de Ensino Experimental-PROCENTRO.

Vimos no segundo capítulo que segundo Odebrecht “o modelo criado pela organização consiste em um sistema de crenças e valores que visa à construção do futuro, a partir da mobilização do presente”. Aplicando isto a escola Marvin podemos perceber que se utiliza a máxima deste sistema na preparação do aluno para a vida em seu desenvolvimento pessoal e profissional, pois apesar de o sistema escolar estar formulado para a apresentação de resultados e a qualificação técnica-profissional do alunado, preocupa-se e incentiva-se constantemente a construção do futuro pelo que se pode fazer hoje, pois o futuro será resultado do caminho e oportunidades aproveitadas e criadas, desta forma os professores estimulam ao máximo seus alunos em projetos e processos diversos.

Segundo Socorro Amaral, coordenadora da escola Marvin “os alunos são estimulados o tempo todo a se desenvolverem e aproveitarem o que a escola e professores têm a oferecer-lhes.”

Investe-se muito mais do que em uma qualificação técnica mecanizada e sim, em um aluno capacitado e qualificado com um currículo multidisciplinar, assim como uma visão também ampliada e certa de que no momento estar-se construindo o futuro, que se deve esforçar-se agora.

Podemos aqui inter-relacionar este pensamento com os ensinamentos do PROCENTRO, o qual estabelece não só a formação acadêmica, mas sim o ensinamento de como enfrentar o mundo do trabalho e a vida.

Segundo Eveline Torres, professora da escola a três anos, “participar do crescimento e desenvolvimento dos alunos ano após ano é gratificante. O projeto da escola é muito bom porque direciona os alunos para o mercado de trabalho.”

Busca-se além do curso técnico e término do ensino médio, investe-se nas relações humanas e desenvolvimento pessoal, através dos projetos já citados fora da escola, bem como dentro da escola, onde se desenvolve o ser e estimulam-se as relações interpessoais a partir das trocas.

Com o estágio, além do desenvolvimento prático e técnico em campo, há o crescimento e humanização do aluno por meio do trabalho, a qual é a base da teoria Odebrecht, pois o aluno põem em prática seus conhecimentos e relaciona-se com diversas pessoas novas, foram do seu contexto e convívio habitual.

Desta forma contribui-se para a formação de jovens solidários, autônomos e competentes, conforme prega Magalhães (2009) no PROCENTRO.

Os professores e gestores atuam como os líderes educadores direcionando e orientando os alunos, auxiliando-os em alcançar melhores resultados no processo, desta forma, utilizando os “ventos favoráveis”.

Todas as ações desenvolvidas na escola são resultantes de um amplo processo de planejar, organizar, dirigir e controlar, executado não só pelo núcleo gestor, mas pelo corpo docente cada um em sua respectiva área e também em conjunto na interdisciplinaridade, desta forma as ações são mais eficazes e conseguem despertar o alunado de maneira mais eficiente, desta maneira estudam-se antes as ações, bem como as mesmas são monitoradas ao longo do processo.

O núcleo gestor é bastante presente e acompanha de perto todos os processos que ocorrem na escola, fato o qual auxilia e passa confiança tanta para alunos como para professores. Este acompanhamento constante é outro diferencial

citado pelo PROCENTRO, onde ele identifica que a qualidade da gestão faz diferença no processo.

Outra filosofia bastante utilizada pela escola é a que se baseia no aluno como sendo o centro, o elemento central de todo o processo. As ações são para ele, pois a Odebrecht acredita que o líder ou dono da empresa não deve ser o foco e sim seus clientes e acionistas, desta forma a escola age sempre buscando formas de incentivar o desenvolvimento e participação dos alunos, entendendo a relevância do mesmo para que o projeto dê certo.

Há uma grande valorização dos valores morais, acima dos bens materiais, embora se mostre para os alunos que são importantes conquista-los, mas sempre através de esforço e de muito estudo e trabalho, valorizando a família e o espaço onde vive, como um agente de transformador, tornando-se assim, como a TESE diz em um cidadão, chefe de família, trabalhador, produtivo e útil a sua comunidade.

Assim como o PROCENTRO pedia, as escolas profissionais tornaram-se referência em resultado no Estado, não só em notas em exames, mas também em métodos e gestão, como é o caso, por exemplo, do Projeto Diretor de Turma, que inicialmente era um projeto só das escolas profissionais, mas como o acompanhamento dos alunos deu um resultado positivo, foi estendido as escolas estaduais de ensino regular.

Há formação de parcerias com empresas de diversos segmentos no Estado para o desenvolvimento e a continuação do projeto, bem como anualmente com o estágio, fecham-se novas parceiras entre empresas e escola diretamente.

Todos os gestores (coordenadores e diretores) passam por seleção padronizada e formalizada, a qual é aberta através da Secretaria de Educação e ao passar, se houver uma vaga em específico o candidato é encaminhado, caso não ele fica em um banco de dados aguardando.

Quanto aos incentivos para professores devido a seu próprio resultado bem como pelo resultado do aluno, conforme as orientações do PROCENTRO, se os alunos de um ano para o outro obtiverem uma nota maior no SPAECE, ou seja, apresentarem crescimento, toda a escola (professores, núcleo gestor e funcionários), exceto os professores técnicos, recebem o décimo quarto salário. Em 2013, todos os professores da base regular receberam um tablet para auxiliar nas

atividades docentes, porém o mesmo deve ser devolvido caso haja desligamento da escola.

O currículo multidisciplinar em relação as disciplinas diversas não referentes as bases de ensino técnico e regular, são oriundas do PROCENTRO, ele que trás a premissa do estímulo e desenvolvimento tão presente nas escolas profissionais dos horários destinados ao Estudo, onde o aluno pode tirar dúvidas com o professor regente, ou utilizar o horário para colocar atividades e conteúdos em dia; Cidadania, a qual estimula prática cidadã e o entendimento conceitual da palavra; Projetos Interdisciplinares, o qual consiste no estímulo constante de práticas de desenvolvimento de projetos nas diversas áreas de estudo seja interna ou externa à escola, visando obter aprendizado multidisciplinares; Projeto de Vida, o qual é desenvolvido na escola buscando estabelecer projetos de vida para o aluno no presente e no futuro, destacando a importância do agir no presente bem como das ações planejados e do ser agente; Mundo do Trabalho, a qual é uma disciplina que busca trazer orientações específicas sobre a vivência no trabalho, o ambiente, a postura, o comportamento, busca também tirar as dúvidas que os alunos possuem sobre este “mundo”; Projetos de Vida – Tese, que é representada pela exposição e debate dos projetos dos alunos; Empreendedorismo Juvenil, que busca desenvolver no aluno capacidade de auto-gerenciamento e co-gestão, almejando transformar seus anseios /visões em realidade, desenvolvendo potencialidades.

Segundo o Maia Júnior, professor da disciplina de Projetos de Vida “a disciplina de Projetos de Vida tem como intuito conhecer o aluno e seus projetos para o futuro e ajudar aos alunos que ainda não possuem projetos para o futuro a ter.” Esta disciplina tem carga horária de 80h/a para as turmas de segundo ano e 120h/a para as turmas de primeiro ano, os planos de aula são padronizados pela SEDUC.

Segundo Liliam Tavares, professora da disciplina de Estudo “o horário referente as aulas de estudo é relevantes, eu utilizo para fazer nivelamento em matemática básica e resolver questões do ENEM otimizando e direcionando assim este tempo.”

Segundo Leo Eduardo, antigo professor da disciplina de Empreendedorismo “esta disciplina é moldada pela SEDUC, o plano de aula vem de lá, mas adaptamos

a realidade do nosso alunado. Ganham-se seis apostilas e no fim do ano recebesse um certificado. Mostra-se para os alunos que todos podem virar empreendedor, porém o conteúdo não está adequado as turmas de primeiro ano, que é onde esta disciplina é lecionada, o conteúdo possui um nível avançado, com análise financeira, porém também acredito que desde o início deva-se estimular os alunos com este assunto, eis aqui uma questão a ser repensada ao meu ver. As apostilas vem com enfoque nos assuntos: Crescendo e Empreendendo, Iniciando O pequeno Negócio.”

Segundo Liliane Queiroz “na aula destinada a disciplina Mundo do Trabalho são abordados temas que costumam ser as dúvidas dos alunos sobre este universo desconhecido, tais como legislação de estágio, entrevista, currículo, relações no local de trabalho, como se vestir e como se portar”

Assim como no PROCENTRO os alunos possuem acesso a todo material didático, com falha somente nas apostilas técnicas como já citado, três refeições diárias e uniforme escolar.

O processo seletivo dar-se por nota através da procura. Segundo Cláudia Macêdo, Secretária Geral da escola, “os alunos procuram a escola e trazem seu histórico do ensino fundamental, e indicam o curso que desejam ingressar. Após o período de matrícula são analisados os históricos e de acordo com as notas vão preenchendo-se as vagas. Se sobrar vaga em outro curso e o aluno não obtiver êxito no curso escolhido é dado a opção de ele migrar para o outro curso.”

Portanto, com base nestes relatos pudemos observar como os planos para o ensino profissionalizante e as bases filosóficas foram de fato implantadas na Escola Profissional Marvin.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da oferta da educação profissional no Estado do Ceará surgiu em consequência dos incentivos dados pelo Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007. Desde 2008, o Estado passou a oferecer a oposição de ensino nas escolas profissionalizantes, buscando qualificar e capacitar os jovens para a vida e para o mercado de trabalho.

A educação profissionalizante é destinada a preparação para o mercado de trabalho. Portanto, pudemos observar que muitas são as áreas as que os cursos técnicos oferecidos pelo governo do Estado do Ceará, tentam atender, gerando assim, um exército profissional para a demanda de mão de obra qualificada.

A oferta do curso depende de qual mão de obra a cidade necessita, pois dessa forma capacita-se mão de obra que as empresas locais precisem tendo disponíveis tanto pessoas qualificadas quanto oferta de emprego.

Vimos também que apesar da proposta das escolas serem de oferta do curso técnico, elas destinam-se a mais do que isso, pois trabalham incentivando as habilidades e competências dos alunos, bem como os auxilia a desenvolver seu lado crítico, empreendedor, protagonista, ser um ser atuante em sua comunidade e participativo nas questões ligadas a cidadania.

Muitos são os programas desenvolvidos pelas políticas públicas brasileira e em suas essências, podemos observar que eles são interligados e que estabelecem objetivos de melhoria e de minimização da desigualdade social, buscando formas de acesso através da educação seja dele próprio ou de seu dependente.

Muitos progressos vêm sendo desfrutado pela juventude, a qual na dinâmica da sociedade atual, precisa estar sempre se qualificando e inserida nos movimentos socioeconômicos e políticos do país. Há muitos avanços em políticas voltados para a juventude como forma de entender que esses são o futuro da nação, serão os próximos adultos a compor o cenário do país.

Através dessas ações muitos já são os jovens que saíram do mercado informal e passaram a trabalhar no mercado formal, em um emprego relacionada a alguma função, onde este possui uma qualificação certificada.

Os alunos que cursaram o ensino médio nas escolas profissionalizantes começaram, em 2011, a concluir o ensino técnico, podendo perceber as oportunidades geradas pelo diploma de mão de obra técnica e dessa forma eles passam a influenciar a localidade onde vivem e gerar a vontade de outros adolescentes de estudar nestas escolas e acabam sendo não só esse aluno beneficiado, mas sim toda uma geração que passa a acreditar em melhoria de vida e inclusão social.

Esta dissertação teve como tema a análise do Programa de Educação Profissional das escolas profissionais do Estado do Ceará, como forma de observar o modelo de oferta do ensino profissionalizante no estado, o qual foi pioneiro, resultante do Programa Brasil Profissionalizado lançado em 2007, e seu processo de implantação. Para tal foram estudados as bases filosóficas de gestão das escolas

profissionais, bem como o Projeto das Escolas Profissionais, relacionando com o Programa Brasil Profissionalizado.

Este trabalho possuiu como objetivo geral compreender o processo de implantação do Programa Brasil Profissionalizante no Estado do Ceará, através da oferta de escolas estaduais de educação profissional. Como objetivos específicos buscou-se compreender o que são e os tipos de políticas públicas; descrever a Política Pública de Educação e sua implantação; conhecer a filosofia de gestão das Escolas Profissionais do Estado.

Após os incentivos de ajuda financeira oferecidos pelo Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado, iniciou-se no Ceará uma política de expansão no ensino profissional estadual para disseminar esta política de educação aos jovens cearenses e auxiliar os empreendedores com oferta de mão de obra qualificada no estado.

Para tal ação fecharam-se parcerias e iniciou um processo de construção e adaptação das escolas para receber o projeto, porém algumas escolas adaptadas iniciaram suas aulas sem a estrutura necessária ou adequada.

Acreditou-se, como hipótese desta pesquisa, que o programa de educação estadual profissional atua como uma relevante política pública de educação para a qualificação de alunos da escola estadual, qualificando-os para o mercado de trabalho e melhorando a qualidade da oferta de ensino.

Como o governo possui em funcionamento, no fim de 2013, noventa e sete escolas, pode identificar a expansão da oferta desta modalidade de ensino. Além de toda a carga teórico-prática recebida na escola, sobre a área profissional de atuação, o aluno ainda participa no último semestre do curso, do estágio supervisionado, podendo assim aplicar seu conhecimento e sua técnica aprendidas no ambiente profissional real, ficando assim mais preparado para o mercado.

Com o ensino em tempo integral o tempo dedicado ao estudo é maior, conseguindo-se assim, aproveitar com mais eficiência o tempo disponível, pois o aluno utiliza este tempo produtivamente desenvolvendo-se nas mais diferentes disciplinas existentes na escola.

Prova disto são os resultados apresentados comparando a evolução de resultados da Escola Marvin, ao longo dos anos, bem como a comparação da mesma entre os períodos que ela ofertava somente o ensino médio contraposto com a oferta do ensino médio com a formação técnica, onde viu-se que após a escola passar para escola profissionalizante demonstrou taxas de rendimento escolar maior que a média do Estado, bem como da cidade e do país e continuou crescendo em médias no anos seguintes.

O tempo integral também auxilia no estabelecimento de relações mais próximas entre núcleo gestor-professores-alunos, pois como se passa muito tempo na escola há um maior conhecimento sobre os alunos e os gestores e professores participam mais, através da convivência, fato o qual pode ser percebido como um incentivador no processo, onde o aluno não é somente mais um.

As taxas de abandono e reprovação ficaram menores na escola Marvin quando esta passou a ser profissionalizante, pois o nível de incentivo e de interesse aumentaram, com esta nova etapa.

As filosofias utilizadas como base de gestão: a Tecnologia Empresaria Sócio- Empresarial- TESE e a experiência dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO muito auxiliaram no processo, pois através dos direcionamentos dados pelas mesmas as escolas e os alunos vão se desenvolvendo cada vez mais. Utiliza-se a construção do futuro, através das ações no tempo presente, ensinando além dos conhecimentos técnicos a desenvolver relações com os outros seres humanos, ser um atuante na vida, com projetos, tenda-se de fato sentir e cuidar desta juventude que passa pela escola. Pode-se perceber isto, através do currículo multidisciplinar.

Na prática observamos que muitas das finalidades do programa são cumpridas na Escola Marvin: é ofertado o ensino profissionalizante; há a melhora dos indicadores de qualidade da educação; prepara-se o aluno para o mercado e mundo do trabalho; promove-se a inter-relação dos conhecimentos gerais com os específicos, através da multidisciplinariedade; estimula-se a participação ativa dos responsáveis pelos alunos nos conselhos escolares; promove-se interação com a sociedade e com a comunidade local, através de projetos na escola internos e

externos; realiza-se formação inicial e continuada dos professores; há o acompanhamento pedagógico; incentivo a participação de programas de iniciação científica; apoio ao estágio e ações voltadas ao empreendedorismo e cooperativismo.

Porém todos os cursos técnicos citados na Escola possuem limitações em sua prática seja por estrutura seja por material, vimos o caso do curso de Turismo, onde os alunos foram para o estágio, no terceiro ano de curso, sem ter tido o laboratório e como a qualificação está entre os principais objetivos do projeto e os laboratórios são essenciais para vivenciar as práticas profissionais, este ponto deveria ser crucial para a iniciação do curso; os professores que acompanham de perto o desenvolvimento dos alunos, são professores temporários ou seja não concursados, como a base de gestão orienta, podendo assim a qualquer momento desligar-se do projeto, e interromper ou quebrar todo um ciclo de trabalho, pode-se citar aqui a falta de incentivo a esses professores que não recebem gratificações nem por suas titulações e lembrando que são estes professores que apesar da falta da estrutura escolar que viabilizam outras formas de executarem os processos com êxito; as formações continuadas são oferecidas para os professores, mas para o núcleo gestor há pouca frequência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H.W. **Censo Juvenis**. São Paulo: Seritta, 1994.

ABREU, A. **Avanços da Educação Profissional no Mundo é tema de Debate**.

Disponível em:

<http://sitefmept.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=314%3

Aavancos-da-educacao-profissional-no-mundo-e-tema-de-

debate&catid=63%3Aoutras-noticias&Itemid=101&lang=br> Acesso em 15 junho de 2012.

AMARAL JUNIOR, Aécio; BURITI, Joanildo A. **Inclusão Social, Identidade e Diferença: perspectivas pós estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.

ARNOLD; RODAL. **Avanço na Educação**. Disponível em: <<http://nossaeducacaoevida.blogspot.com.br/2013/06/avanco-na-educacao-geral.html>> Acesso 20 de maio de 2012.

AQUINO, M. B. de. **Planejamento no Contexto Educacional Cearense (2004-2006): Limites e Possibilidades**. Dissertação Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas UECE, 2007.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Procura-se Bons Empregos: O Mercado de Trabalho na América Latina**. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

BARATO, Jarbas N. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.

BARROS, A.P.de **Juventude no Brasil**. In: REZENDE, F.; TAFNER, P. **Brasil: o Estado de uma Nação**. Brasil, DF: IPEA, 2006.

BARROS, J. **Inclusão Social**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/educacao/inclusao-social.htm>> Acesso 20 março de 2012.

BATISTA, Maria. de L. **Educação: Mercado de Trabalho**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

BAVA, Augusto C.; PÀMPOLS, Carles F.; CANGAS, Yanko G. **Juventude na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

BELIZÁRIO NETO, M.M. **Cordel Paraíba: Dia dos Jovens**, 2010. Disponível em: <<http://cordelparaiba.blogspot.com.br/2010/04/dia-dos-jovens.html>>

Acesso 08 março de 2012.

Bittencourt, F.M.R. **Elaboração e Análise de Políticas Públicas**. Apostila de Pós-Graduação à Distância-POSEAD-FGF, 2010.

Bolsa família. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>

Acesso em 02 outubro de 2011.

BOMBASSARO, Luiz C.; KRUGGELER, T.; SOUZA, Ricardo T. **Democracia e Inclusão Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BORGES, M.A. **Uma Contribuição ao Debate do Sistema Nacional de Emprego**. Revista ABEI, São Paulo, v.3, n.1, 2003.

BRANDÃO, Carlos F. **As Cotas na Universidade Pública Brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Intermediação da Mão-de-Obra: Termo de Referência para o Sistema Nacional de Empregos**. Brasil, DF, 2002.

_____. **Primeiro Emprego: Oportunidade, Oportunidade e Cidadania**. Brasil, DF, 2005.

Brasil Profissionalizado: Experiência Ensino Médio. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.esp.ce.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcategory%26download%3D475%3Abrasil-profissionalizado-experincia-do-ensino-mdio-integrado--educacao-profissional%26id%3D61%3Aapresentaes-exibidas&ei=PvFXU_DFBbS_sQTejlLICQ&usg=AFQjCNGwRVaqVtzN3halvpBtPLEXnXAXaQ&bvm=bv.65177938,d.cWc> Acesso dia 10 de Maio de 2011.

BREJON, Moysés. **Recursos Humanos, Ensino Técnico e Desenvolvimento**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

BUVINIT, Mayra; MAZZA, Jacqueline. **Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico na América Latina**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2005.

CACCIAMALI, M.C. et al. Sistema Nacional de Empregos: Desempenho Interestadual. In: OLIVIER, M.A. de (org). **Reforma do Estado e Políticas Públicas de Emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.

Caixa Econômica Federal. Disponível em:

<http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/distribuicao_servicos_cidadao/bolsa_familia/index.asp> Acesso em 02 outubro de 2011.

CALDERA, A.S. **Os Dilemas da Democracia**. São Leopoldo: Unissinas, 1996.

CASTRO, Cláudio de M.; ASSIS, Milton P.de; OLIVEIRA, Sandra de. **Ensino Técnico: Desempenho e Custos**, vol.10. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, ed. 10, 1972.

CAVALCANTE, Kely. **Um jeito Divertido de Procurar Emprego**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/um-jeito-divertido-de-procurar-emprego-cordel/57020/>> Acesso 07 março de 2012.

CARVALHO, A. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Ceará traça metas para educação profissional e tecnológica até 2014. Disponível em: <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2011/06/ceara-traca-metas-para-educacao.html>> Acesso 07 março de 2011.

CHIAVENATO, I., **Iniciação à Administração Geral**. São Paulo: Brasil editora Ltda, Ed.2, 1994.

Cid Gomes Apresenta Experiência Cearense em Educação Profissional. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/3994-cid-gomes-apresenta-experiencia-cearense-na-area-da-educacao>> Acesso 02 março de 2012.

Cidades no Ceará com Escolas Profissionais. Disponíveis em: <<http://www.ceara.gov.br/component/search/escolas%2Bprofissionais/%252F?ordering=&searchphrase=all>> Acesso 20 fevereiro de 2012.

COSTA, Antônio C. G. da, **Educação**. São Paulo, SP: Editora Nova, 2008.

COSTA, I. **Escolas de Educação Profissional formaram 19 mil técnicos.** Jornal O Povo, 2013.

Constituição Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso 09 de Maio de 2012.

CUNHA, Luiz A. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo**. São Paulo- SP: Fundação Editora da UNESP, 2000.

DE LEON, A.L.P. Os Desafios para o Desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: GARIBALDI, A.; AZEVEDO, E.P. (org). **Juventude, Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo, 2005.

DEITOS, Roberto A. **História da Política Educacional Paranaense para o Ensino Médio e Profissional (1995-2002)**. Artigo. Disponível em: <http://www.cp.utfpr.edu.br/armando/adm/arquivos/pefp/Roberto_Antonio_Deitos_artigo.pdf> Acesso 16 março de 2012.

DIAS, M.R.; PEREZ, J.M.S., **Diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005**. Rio Grande do Sul: ediPUCRS, 2005.

DOWBOR, Lasdilau. **O que Acontece com o Trabalho?** São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

DOURADO, Gustavo. **Cordel da Educação Brasileira**. Disponível em: <<http://www.gustavodourado.com.br/cordel.htm>> Acesso 18 março de 2012.

DOURADO, L. F. **Fracasso escolar no Brasil**: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar, 2005. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/sistema_nacional_formacion_profesores.pdf> Acesso 15 de Fevereiro de 2012.

Druck, M.G. **Terceirização**: (Des)Fordizando a fábrica: Estudo do Complexo Petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial- EDUFA, 2001.

Ensino Profissionalizante em Icó. Disponível em: < <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/5410-ensino-profissionalizante-cid-inaugura-82o-unidade-em-ico>>. Acesso 15 março de 2012.

Escolas Padrão Mec. Disponível em:

<<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/14-lista-de-noticias/1728-tamboril-tera-primeira-escola-de-educacao-profissional-do-brasil-no-padrao-mec>> Acesso 15 março de 2012.

.Escola de Ensino Profissional em Paracuru. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/5402-cid-gomes-inaugura-81d-escola-de-ensino-profissional-em-paracuru>>. Acesso 15 março de 2012

Escola Profissional. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/5327-governo-do-estado-comemora-entrega-da-80o-escola-de-educacao-profissional>> Acesso 15 março de 2012

Escola Profissional em Jaguaruana. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/5483-jovens-de-jaguaruana-terao-escola-de-educacao-profissional>> Acesso 15 março de 2012

Escultura da Deusa da Juventude. Por Shijiazhuang Cast Iron Products Co., Ltd. Disponível em: < <http://portuguese.alibaba.com/product-gs/cast-iron-youth-goddess-330481310.html>> Acesso 25 março de 2012.

Escultura da Juventude de Roma. Por Shijiazhuang Cast Iron Products Co., Ltd. Disponível em: < <http://portuguese.alibaba.com/product-gs/cast-iron-roma-youth-330485337.html>. > Acesso 25 março de 2012.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações.** Curitiba: IBPEX, 2ed., 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociedades de Classes e Subdesenvolvimento.** Texas: Zahar, 1968.

FERRANTE, Vera L.B.; LORENZO, Helena C.; RIBEIRO, Maria L. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional.** Rio de Janeiro: editora E-papers, 2007.

FLORI, P.M. Desemprego da Juventude no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 21. Porto Seguro, 2003.

Forúm Nacional de Juventude do Século XXI. **Educação, Formação Profissional e Empregabilidade.** Brasília: OIF, 1999.

FRIGOTTO. G. (org) **Educação e Crise do Trabalho:** perspectivas de final do século. 9.ed. Petrópoles, Rj: Cortez, 2008. (Coleção Estudos Culturais em Educação)

GABRIEL. **País de Cada Dia.** Interpretado por Gabriel O Pensador.

GALO, Zildo; FERREIRA, Valdir; LEITE, Antônio S. **Estratégia de Inclusão Social em São José do Rio Preto- SP.** Artigo disponível em Alternativas de

GEBRIM, A. **Uma lição para RH :** Uma verdadeira revolução educacional no Nordeste mostra como é possível imaginar um país melhor. Revista Melhor, Edição 273,2010.

GÍLIO, Ismael. **Trabalho e Educação: Formação Profissional e Mercado de Trabalho**. São Paulo-SP: Nobel, 2000.

GOMES, Heloisa M.; MARINS, Hiloko O. **A Ação Docente na Educação Profissional**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

GYN, Mr. **Minha Juventude**. Interpretado por Mr. Gyn.

GOUVÊA, Guaracira; BITTENCOURT, Cristiane. **Pesquisas em Educação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

Governo acaba o subsídio para o primeiro emprego. Jornal Correio Brasiliense, 26 m, 2007.

HABERMAS, Júrger. **A Inclusão do Outro: estudos de teoria política**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 3ed., 2002.

HOFLING. Disponível em < <http://www.unc.br/mestrado/textos/Bibliografia-2013-Inf-teoria-cap-humano-e-teoria-do-cap-social-nas-pol-educ-bras%20.pdf>> Acesso 15 de maio de 2013.

IBGE. **Pesquisa de Educação**. Disponível em:

< <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>>

Acesso em 02 outubro de 2011.

IPEA. **Juventude no Brasil**. In: _____. Brasil, o estado de uma nação. Brasil: DF, 2009.

JACONIBA, Emanuel; LOMBARDI, Carlos. **Coração de Estudante**. Rio de Janeiro: Globo Produções, 2002.

JEOLÁS, Leila S.; PAULILO, Maria A. S.; CAPELO, **Maria R. C. Juventude, Diversidades e Desigualdades**. Londrina: Eduel, 2006.

KUENZER, A. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 2.ed.São Paulo: Cortez, 2001.

LARA, Xico. **Trabalho, Educação e Cidadania**. Rio de Janeiro: CAPINA, 2003.

Lei das Cotas. <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

Lei número 4.024/61. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346> >

Acesso em 01 outubro de 2011.

Lei número 5692/71. Disponível em:

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm> Acesso em 01 outubro de 2011.

Lei número 9394/96. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 01 outubro de 2011.

LIMA, Lauro de O. **O Impasse na Educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1968.

MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio J.B. **O Mercado de Trabalho do Jovem e do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego**. Dissertação Mestrado de Planejamento e Políticas Públicas UECE, 2007.

MAGALHÃES, M. **A Juventude Brasileira Ganha Uma Nova Escola De Ensino Médio**: Pernambuco Cria, Experimenta e Aprova. São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008.

MANFREDI. S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELUCCI, A. **Juventude, Tempo e Movimentos Sociais**. Revista Brasileira de Educação, n 5/6, p.5-14, 1997.

Mercado de Trabalho: colocação e formação profissional. Brasília: Editora Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento Nacional de Mão-de-Obra.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/>> Acesso em 10 fevereiro de 2012.

MORETTO, A. **Política de Emprego e sua Inserção Regional: análise dos programas do sistema público de empregos**. São Paulo, 1999.

MOTOYAMA, Shozo. **Educação Técnica e Tecnológica em Questão**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

MOURA, D.H. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: **Documento Base**, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf> Acesso em 05 de Janeiro de 2011.

MOURA, Paulo C. **A Crise do Emprego: Uma Visão além da Economia**. Rio de Janeiro- RJ: MAUAD Consultoria e Planejamento Editorial LTDA., ed. 4, 1998.

ODEBRECHT, N. **Origens da Tecnologia Empresarial Odebrecht – T.E.O.** OFFE; LENHARDT. **Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1984.

OLIVEIRA, Alberto de. **Território e Mercado de Trabalho**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OTRANTO, C. R. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifets**. Disponível em: <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>>. Acesso 15 de maio de 2012.

PAPA, F. de C.; FREITAS, Maria V. de. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. Texas: editoras da universidade do Texas, 2009.

PARDAL, L.; VENTURA, A.; Dias, C. **Ensino Médio e Técnico no Brasil e em Portugal**. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=v6h8jmPR76QC&pg=PA263&dq=ensino+t%C3%A9cnico&hl=pt-BR&sa=X&ei=saRjT57GGIKz0QHmLXDCA&ved=0CE0Q6AEwAg#v=onepage&q=ensino%20t%C3%A9cnico&f=false>> Acesso 12 março de 2012.

Perfil da Juventude Brasileira, publicado em 13/02/2010. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: < <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/perfil-da-juventude-brasileira-2004>> Acesso 10 março de 2012.

PETETOSSI, Helena G. **Formação do Professor para o Ensino Técnico**. São Paulo: edições Loyola, 1994.

POCHEMAN, Marcio. **A Batalha pelo Primeiro Emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **Desafio da Inclusão Social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

_____. **E-Trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

_____. **Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens**. São Paulo: Edições ABET, 1998.

_____. **Políticas de Inclusão Social: resultados e avaliação**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. **Situação do Jovem no Mercado de Trabalho no Brasil: um balanço dos últimos dez anos**. São Paulo, 2007.

POLLAK, Lindsey. **Da Escola para O Mercado de Trabalho**. São Paulo: Summus, 2008.

PRÉDES, Rosa. **Serviço Social, Políticas Sociais e Mercado de Trabalho Profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAI, 2007.

PROJETOS E PROGRAMAS DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas>> Acesso 18 março de 2012.

PRONATEC COMO FERRAMENTE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em: < [http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/4525-governador-destaca-pronatec-como-ferramenta-de-formacao-profissional->](http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/4525-governador-destaca-pronatec-como-ferramenta-de-formacao-profissional-) Acesso 12 março de 2012.

QUADROS, W.Q. **O Desemprego dos Jovens no Brasil dos anos noventa**. Caderno CESIT. Campinas, n 31 dez, 2001.

RIBEIRO, Renato J.; NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

RIBEIRO, R.; JULIANO, A.A. **Desemprego Juvenil e importância do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego**. Economia. Rio de Janeiro, v.7, p.45-76, jun 2005.

RIBEIRO, Roberto. **Cordel A Educação é Direito para qualquer Cidadão**. Disponível em: <
<http://www.gargantadaserpente.com/cordel/robertoribeiro/educacao.shtml>>

Acesso 15 março de 2012.

RICOTA, Luiza C. de A. **Educação e Desenvolvimento**. São Paulo, SP: editora ÀGORA Ltda., 1990.

RONCALLI, A.G. **O desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde**, 2003. Disponível em <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/nesp/arquivos/files/downloads/especializacao1-2007/modulo_l/desenv_pol_pub_saude_brasil.pdf> Acesso 30 de abril de 2013.

RODRIGUES, Ernesto. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. UNESCO, 2004.

SALOMORE, M. **Só Renilson ganhou o primeiro emprego**. Folha São Paulo, 21 março, 2004

SAMPAIO, Wilson C. **Política e Educação**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SÁNCHEZ, P.A. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>> Acesso 12 Março de 2012.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Nacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **Política de Educação no Brasil**. São Paulo: Autores associados, 2003.

Secretária de Educação. Disponível em: < [http:// www.seduc.ce.gov.br/](http://www.seduc.ce.gov.br/)> Acesso em 02 outubro de 2011.

SANTOS, F. K. S.dos. **Projeto Diretor de Turma**. Disponível em: <<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas/87-pagina-inicial-servicos/desenvolvimento-da-escola/3257-diretor-de-turma>> Acesso em 02 outubro de 2012.

SENNA, F. S. **Tecnologia Empresarial Odebrecht - T.E.O**, 2009.

SCHELHAUER, Analete R.; LOMBARDI, Jose C.; MACHADO, Maria C. G. **Educação em Debate: Perspectivas, Abordagens e Historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, Antônio C. da. **Quando Desempregado**. Poesia, 2012.

SILVA, Giordano. **Cordel sobre Educação**. 2010. Disponível em: <http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=7373&Itemid=27> Acesso 25 março de 2012.

SOARES, Maria S. A. **Educação Superior no Brasil**. São Paulo: UNESCO, 2006.

SOUTO, A.L.S.; ALMEIDA, E. **Jovens, Políticas Públicas: mercado de trabalho**. São Paulo, 2008.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Artigo, 2006**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>> Acesso 10 novembro 2013.

SOUZA, Olga S. H. **Itinerários da Inclusão Escolar**. Canoas: Editora ULBRA, 2008.

SPAECE. Disponível em: <<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/62-avaliacao-educacional/spaace/5171-informacoes>> Acesso 10 novembro 2012

SPÓSITO, Marília P. **Juventude e Escolarização**. Brasília: MEC, 2002.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

TAFNE, P. **Brasil o estado de uma nação, mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

TORRES, Elisa M.G. **Série Alunos e Professores**. Poesia, 2008.

VALE, Rogério. **Educação do Trabalhador**. Rio de Janeiro: MAUAD editora Ltda., 2001.

VERÇOSA, Élcio de G. **Educação Superior e Políticas Públicas: A Implantação da Nova LDB**. sl.: Editora UFAL, s.d.

Vida de Traine Cordel. Disponível em: <
<http://www.vidadetraine.com/2011/05/21/uma-maria-bonita-em-sp-artigos/>> Acesso
25 março de 2012.

VOGEL, Arno; YANNOULAS, Silvia C. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda e Controle Democrático**. São Paulo: editora UNESP, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Entrevistas

ENTREVISTA COM GESTORES ESCOLARES

- Quantas vagas de matrícula são ofertadas anualmente pela escola?
- Através de qual documento faz-se a comparação dos resultados das escolas profissionais com as escolas de ensino regular
- Qual a relevância da aula em tempo integral? Isto é fator diferencial para o processo de ensino-aprendizagem?
- A escola possui Plano de Ação e Projeto Pedagógico?
- Há alguma capacitação aos colabores das escolas profissionais sobre os objetivos da Escola e do Projeto?
- Quantos professores há no quadro funcional escolar? Quantos são concursados?
- Como se dá o acesso dos alunos ao material didático das bases técnicas e regular?
- A biblioteca possui um acervo adequado ao projeto da Escola?
- Como se aplica na escola as bases das teorias de gestão da Odebrecht e do Procentro?
- Como é feito o acompanhamento pedagógico?

ENTREVISTA COM PROFESSORES

- Quando o laboratório de modelagem ficou pronto? Ele oferece toda a estrutura necessária às aulas?
- Quando o laboratório de enfermagem ficou pronto? Ele oferece toda a estrutura necessária às aulas?
- Quando o laboratório de hospedagem ficou pronto? Ele oferece toda a estrutura necessária às aulas?
- Quando o laboratório de modelagem ficou pronto? Ele oferece toda a estrutura necessária às aulas?

- Como são os materiais didáticos do curso técnico?
- Como é participar do Projeto das Escolas Profissionais?
- O que é a disciplina Projeto de Vida?
- O que é a disciplina de Empreendedorismo?
- O que é a disciplina de Horário de Estudo

APÊNDICE B – Autorizações para Uso dos Nomes e dos Depoimentos

Eu, Ana Fabíola Ribeiro de Sousa

_____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Ana Fabíola Ribeiro de Sousa

Eu, Maria do Socorro Ribeiro do Amaral

_____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Maria do Socorro Ribeiro do Amaral

Eu, Janaína Mendes Medeiros Costa

_____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Janaína Mendes Medeiros Costa

Eu, Leo Eduardo de Lima Moreira

_____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Leo Eduardo de Lima Moreira

Eu, Raimundo Ferreira Maia Júnior

_____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

R^{do} Ferreira Maia Júnior

Eu, Eveline do Nascimento Feitosa Torres
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Eveline do Nascimento Feitosa Torres

Eu, Lilian Maria Tavares
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Lilian Maria Tavares

Eu, Bruna Laura Santos de Andrade
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Bruna Laura Santos de Andrade

Eu, Evania Nely Nery Nuñez Aguiar
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Evania Nely Nery Nuñez Aguiar

Eu, Emerson Ellano Dutra Pracinha
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Emerson Ellano Dutra Pracinha

Eu, Silviany Bueiroz da Silva Rodrigues
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Silviany B. da S. Rodrigues

Eu, João Bosco de Azevedo Lima de Oliveira
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

João Bosco de Azevedo Lima de Oliveira

Eu, Rozilei de Carvalho Luz
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

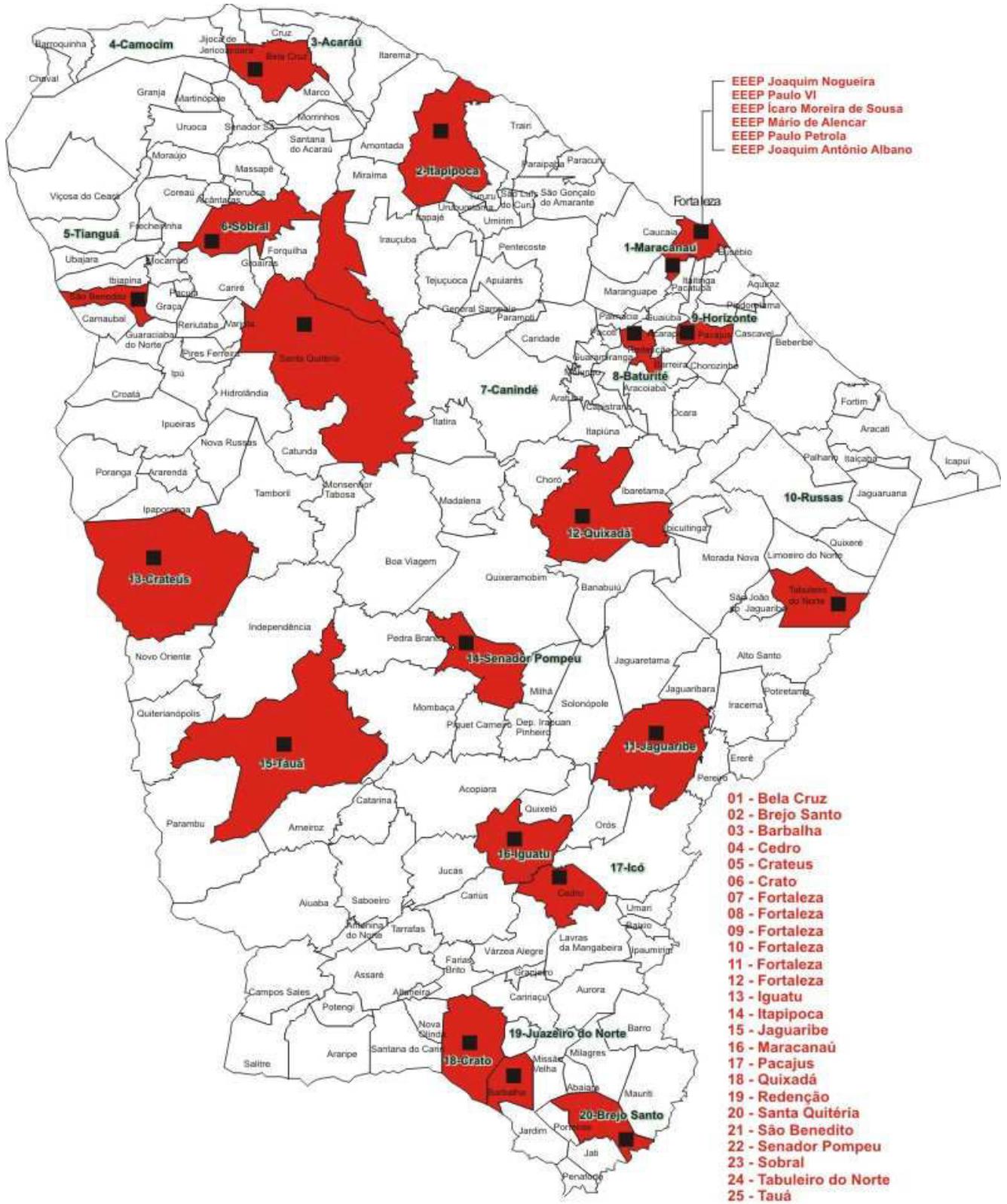
Rozilei de Carvalho Luz

Eu, _____
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

Eu, _____
 _____ autorizo Carolina Silva Castelo Branco, a utilizar meu nome e meu depoimento em sua dissertação intitulada como POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2008-2013): Compreendendo o Processo de Implantação.

ANEXOS

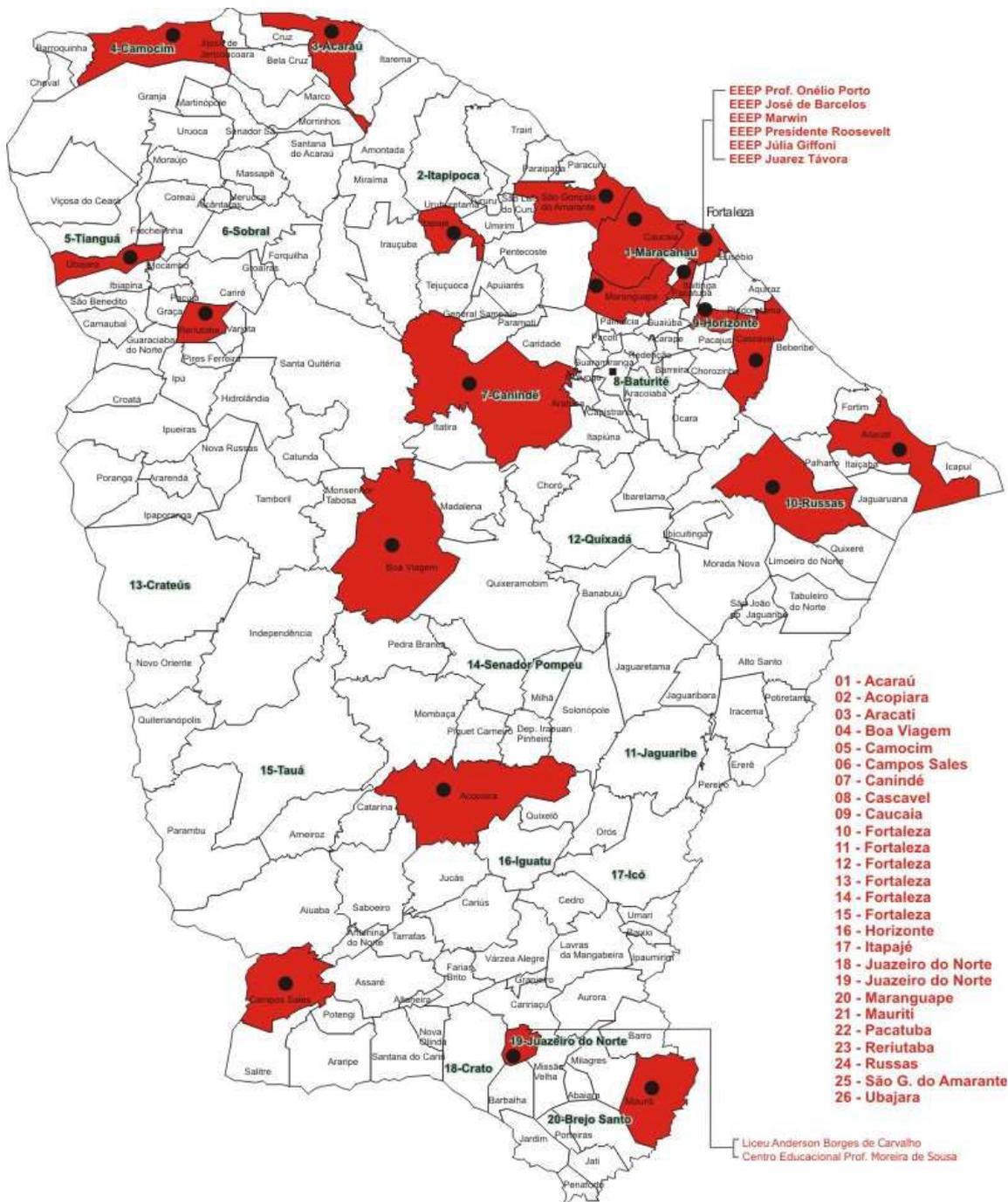
Anexo A- Escolas Implantadas em 2008



■ Escolas Implantadas em 2008 = 25

Fonte: Secretaria de Educação do Ceará

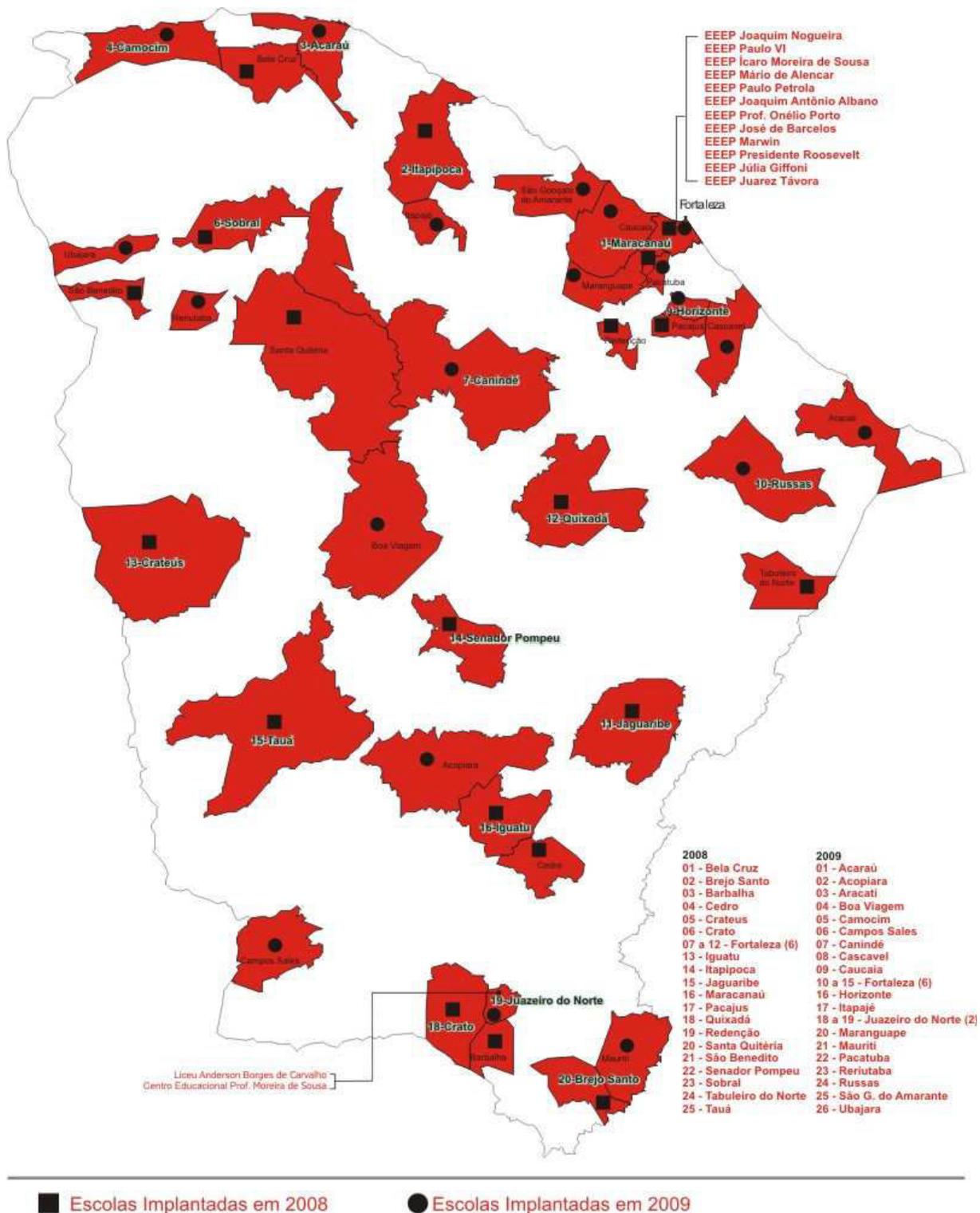
Anexo B- Escolas Implantadas em 2009



● Escolas Implantadas em 2009 = 26

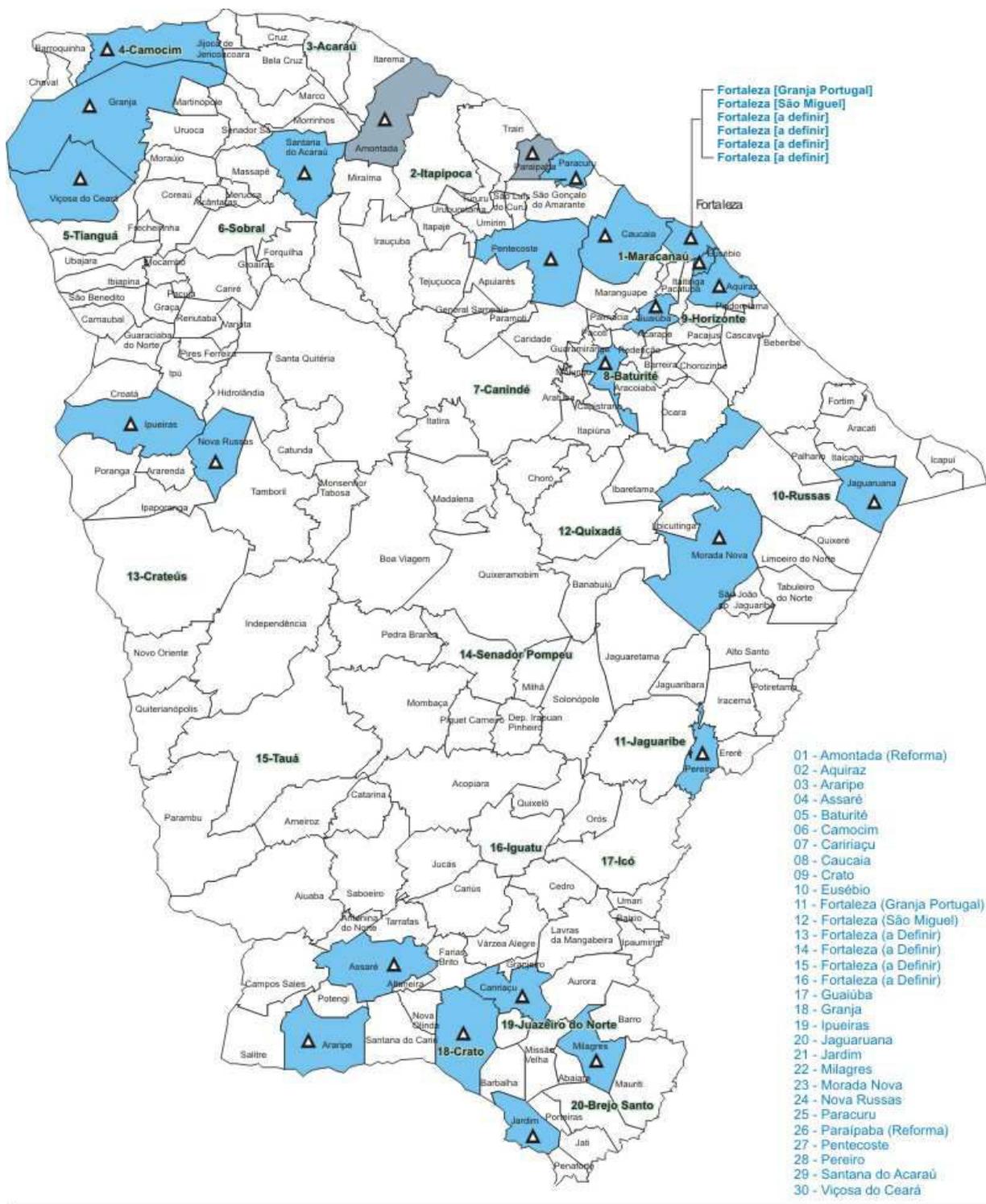
Fonte: Secretaria de Educação do Ceará

Anexo C- Municípios com Escolas Implantadas até 2009



Fonte: Secretaria de Educação do Ceará

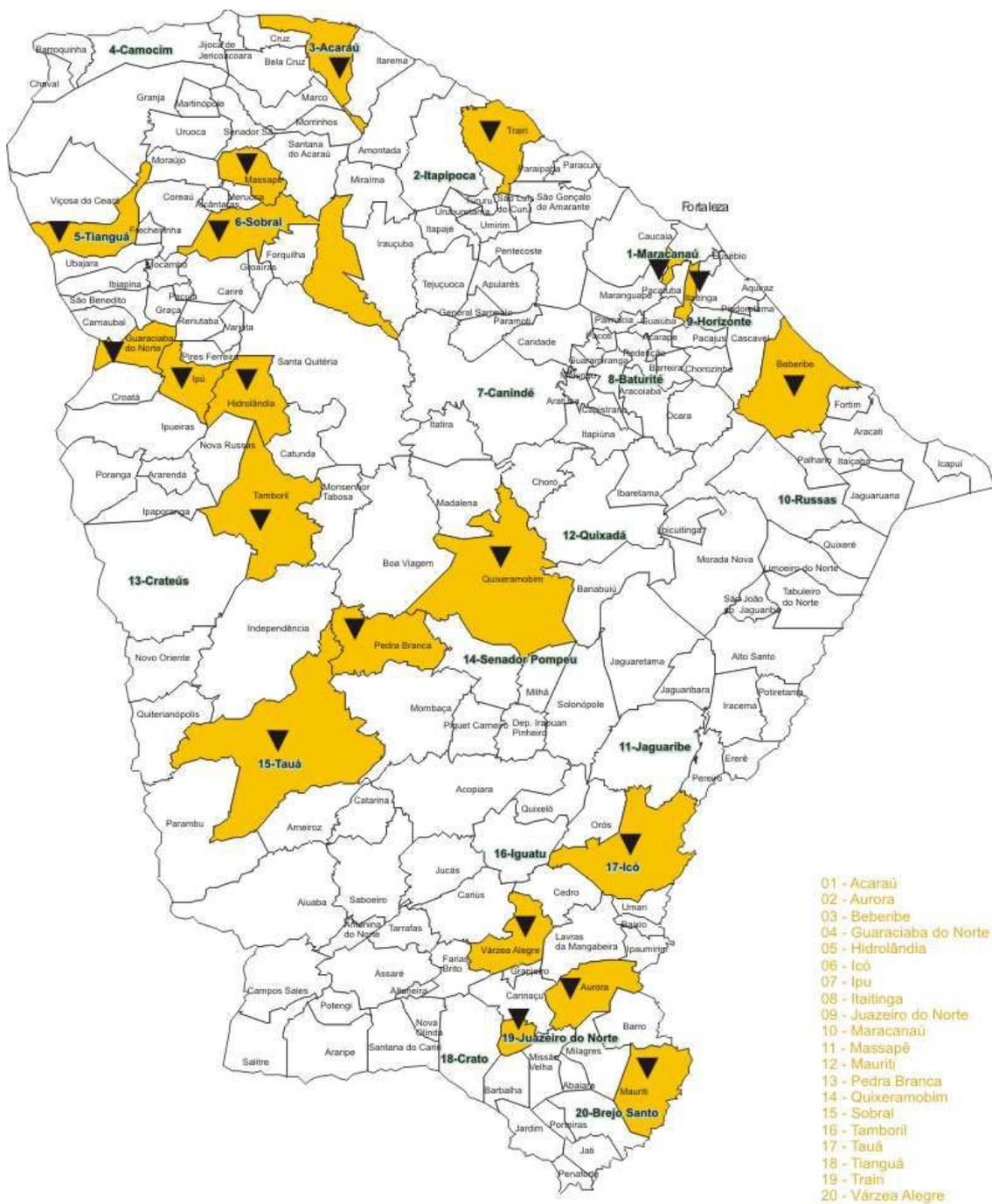
Anexo D- Construção e Implantação de Escolas em 2010



▲ Construção/Implantação das Escolas em 2010 - Fonte: Tesouro Estadual

Fonte: Tesouro Estadual do Ceará

Anexo E- Construção e Implantação das Escolas em 2010



▼ Construção/Implantação das Escolas em 2010 - Fonte: MEC

Fonte: MEC

Fonte: Secretaria de Educação do Ceará